

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES**

JÉSSICA DA SILVA GADELHA

**PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2025**

JÉSSICA DA SILVA GADELHA

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes do Centro de Educação da Universidade Federal do Paraíba como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes

Área de Concentração: Gestão e Aprendizagens.
Linha de Pesquisa: Aprendizagem em Organizações.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Maria da Silva

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G124p Gadelha, Jéssica da Silva.

Produtos técnicos e tecnológicos do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba / Jéssica da Silva Gadelha. - João Pessoa, 2025.

104 f. : il.

Orientação: Patrícia Maria da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Pós-graduação profissional. 2. Produtos técnicos.
3. Produtos tecnológicos. 4. CAPES. 5. PPGOA. I. Silva, Patrícia Maria da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378.046-021.68(043)



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DO (A) MESTRANDO(A) **Jéssica da Silva Gadelha**, ALUNO (A) DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES/CE- CCSA/UFPB

Ao 21 dia do mês de maio do ano de 2025, às 15h, na Sala de videoconferência do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final do (a) mestrando (a) **Jéssica da Silva Gadelha**, matrícula 20231021925, intitulada: "**Produtos Técnicos e Tecnológicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba**", Estavam presentes os Professores Doutores Patrícia Maria da Silva – UFPB – Presidente/orientador(a), Genoveva Batista do Nascimento – UFPB – Examinador(a) interno(a), Mariana Cantisani Pádua - UNESP – Examinador(a) externo(a). A Professor (a) Patrícia Maria da Silva - na qualidade de Orientador (a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente. Em seguida, passou a palavra ao (a) Mestrando(a), para que, no prazo de 30 minutos, apresentasse seu Trabalho Final. Após exposição oral, o (a) Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o (a) Mestrando (a) respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. A sessão foi suspensa pelo (a) Orientador (a), que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou o Trabalho Final:

(X)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado

com as seguintes observações:

As professoras avaliadoras sugerem uma revisão criteriosa da dissertação com foco na melhoria da organização textual e argumentativa, reforçando a

coerência entre os objetivos, o referencial teórico e a análise. Recomendam o aprofundamento da metodologia, especialmente no uso da netnografia, com detalhamento das plataformas observadas, das interações e dos dados utilizados, incluindo autores relevantes como Christine Hine. Destacam a importância de maior precisão conceitual na aplicação da sociomaterialidade e da Teoria Ator-Rede (TAR), com exemplos mais explícitos das interações entre humanos e não-humanos. Também indicam a necessidade de ampliar e tornar mais descritiva e interpretativa a análise empírica, bem como aprimorar a visualização dos dados com o uso intencional de princípios do design da informação. Sugerem estimular produtos técnicos tecnológicos (PTTs) mais inovadores, como aplicativos e normas, além de migrar o portfólio para uma plataforma digital mais robusta e institucionalizada. Propõem, ainda, vincular os resultados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), corrigir erros de linguagem e padronizar referências, além de ampliar a conclusão, relacionando os resultados com os objetivos e os aportes teóricos. Por fim, recomendam ampliar a discussão sobre inovação social e tecnológica, com a criação de espaços voltados à inteligência digital e o uso de metodologias ágeis e design participativo como caminhos para o fortalecimento do programa.

Retomando-se a sessão, o (a) Professor (a) Patrícia Maria da Silva apresentou o parecer da Banca Examinadora o (a) Mestrando (a), bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Junielle Menezes França, na qualidade de Técnica Administrativa do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

João Pessoa, 03 de junho de 2025



Documento assinado digitalmente
GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO
Data: 03/06/2025 22:18:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES



Genoveva Batista do
Nascimento
Membro(a) interno(a)

Documento assinado digitalmente
 MARIANA CANTISANI PADUA
Data: 03/06/2025 20:39:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariana Cantisani Pádua

Membro externo(a)
Documento assinado digitalmente
 JESSICA DA SILVA GADELHA DANTAS
Data: 04/06/2025 08:28:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jéssica da Silva Gadelha

Mestrando(a)
Documento assinado digitalmente
 JUNIELLE MENEZES FRANCA
Data: 04/06/2025 11:31:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Junielle Menezes França
Técnico Administrativo do Curso

Dedico este trabalho a Deus, primeiramente, por todas as
provações que enfrentei ao longo da vida, e que me revelaram
a força e a determinação que sempre estiveram dentro de mim
para alcançar meus sonhos e objetivos.

Ao meu esposo, Matheus Dantas, por estar sempre ao meu
lado, oferecendo incentivo e palavras de conforto nos
momentos que eu mais precisei;

Aos meus pais, Rosângela Maria e Ricardo Gadelha, que
sempre colocaram os estudos na vida dos seus filhos como
prioridade, e cujos conselhos foram pilares fundamentais na
construção do meu caminho.

À minha madrinha, Marluce Vitaliano, que sempre me inspira
com a sua trajetória de vida e profissional, mostrando que é
possível realizar sonhos com trabalho árduo e dedicação.

Ao meu fiel companheiro de quatro patas, Hórus, que chegou
em minha vida no início desta jornada acadêmica e, longe de
ser um empecilho, trouxe-me leveza e muito amor, sem pedir
nada em troca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar ao longo dessa jornada, concedendo-me força, paciência e sabedoria para superar os desafios e seguir firme no caminho que escolhi.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Patrícia Silva, por sua orientação cuidadosa e humana, por acreditar no meu potencial e por compartilhar seu conhecimento de forma generosa, sempre disposta a me ajudar a aprimorar cada etapa do projeto. Sem dúvida, sua dedicação foi essencial nessa jornada. Muito obrigada!

Aos meus colegas da Turma 15 do Programa de Pós-Graduação em Organizações Aprendentes, que tornaram essa caminhada mais leve e alegre. Foi um privilégio fazer parte de uma turma tão unida e divertida, em que o apoio mútuo foi constante, e as risadas foram um alívio em meio aos momentos mais intensos.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Genoveva Batista e a Dra Mariana Cantisani, pelas contribuições valiosas, críticas construtivas e sugestões que, sem dúvida, enriqueceram este trabalho e me ajudaram a evoluir academicamente e profissionalmente.

E, por fim, à Universidade Federal da Paraíba, por me proporcionar a oportunidade de cursar um mestrado em uma instituição pública tão renomada. Sou grata por todo o conhecimento adquirido e por fazer parte desta Universidade que é um verdadeiro patrimônio de ensino e pesquisa para a sociedade.

RESUMO

Os Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) desempenham um papel estratégico nos programas de mestrado profissional por expressarem a aplicação prática do conhecimento acadêmico na proposição de soluções inovadoras e relevantes para o mercado e a sociedade. Neste contexto, esta pesquisa analisa os PTTs desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com base nas orientações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Caracteriza-se como pesquisa exploratória, netnográfica e descritiva, empregando a abordagem qualitativa e análise de conteúdo categorial para tratamento de dados. Inicialmente, foi realizado um levantamento no Repositório Institucional de todos os trabalhos finais do programa, seguido de uma seleção daqueles que apresentaram algum PTT em sua composição. Posteriormente, esses produtos foram classificados segundo as 12 tipologias reconhecidas pela CAPES para a área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e, ao final, uma análise interpretativa dos dados. Como resultado, foram identificados 62 PTTs, com predominância das tipologias Relatório Técnico Conclusivo e Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis, com médio teor inovativo. Conclui-se que o PPGOA tem demonstrado avanços significativos na produção técnico-tecnológica e que há oportunidades para fortalecer ainda mais a diversidade tipológica e a visibilidade dos PTTs como instrumentos de transformação institucional e social. Como contribuição prática, apresentamos um Folder que reúne orientações sobre os PTTs da área 27 e um Portfólio Digital contendo todas as produções técnicas e tecnológicas do programa.

Palavras-chave: produtos técnicos e tecnológicos; programa de pós-graduação profissional; programa de pós-graduação em gestão nas organizações aprendentes; PPGOA; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CAPES.

ABSTRACT

Technical and Technological Products (PTTs) play a strategic role in professional master's programs because they express the practical application of academic knowledge in proposing innovative and relevant solutions for the market and society. In this context, this research analyzes the PTTs developed in the Postgraduate Program in Management in Learning Organizations of the Federal University of Paraíba (UFPB) based on the guidelines of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). It is characterized as exploratory, netnographic and descriptive research, employing the qualitative approach and categorical content analysis for data treatment. Initially, a survey was carried out in the Institutional Repository of all the final works of the program, followed by a selection of those that presented some PTT in their composition. Subsequently, these products were classified according to the 12 typologies recognized by CAPES for area 27 - Public and Business Administration, Accounting Sciences and Tourism and, at the end, an interpretative analysis of the data. As a result, 62 PTTs were identified, with a predominance of the Conclusive Technical Report and Non-patentable Process/Technology and Product/Material typologies, with medium innovative content. It is concluded that the PPGOA has demonstrated significant advances in technical-technological production and that there are opportunities to further strengthen the typological diversity and visibility of PTTs as instruments of institutional and social transformation. As a practical contribution, we present a Folder that brings together guidelines on the PTTs of area 27 and a Digital Portfolio containing all the technical and technological productions of the program.

Keywords: technical and technological products; professional postgraduate program; postgraduate program in management in learning organizations; PPGOA; Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel; CAPES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Caminhos metodológicas da pesquisa	15
Quadro 2 - Diferenças entre os programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais	28
Quadro 3 - Descrição dos PTTs e seus subtipos	41
Quadro 4 - Produtos técnicos e tecnológicos da área 27	43
Gráfico 1 - Crescimento anual dos programas de pós-graduação na modalidade profissional	23
Gráfico 2 - Trabalhos finais com e sem PTT	45
Gráfico 3 - Produção de PTTs por ano	46
Gráfico 4 - Tipologias de PTTs desenvolvidos no PPGOA	47
Gráfico 5 - Disponibilização do PTT no trabalho final	49
Gráfico 6 - Grau de inovação	51
Gráfico 7 - Teor de inovação	52
Gráfico 8 - Grau de replicabilidade	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
IA	Inteligência Artificial
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
PPGOA	Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes
PPG	Programa de Pós-graduação
PTT	Produto Técnico e Tecnológico
RI	Repositório Institucional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	13
3	UMA JORNADA PELA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA	16
3.1	Equilíbrio entre teoria e prática: distinções entre programas de pós-graduação profissionais e acadêmicos	24
4	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES DA UFPB	30
5	PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	34
5.1	Significados e características	34
5.2	Avaliação e tipologias: critérios e categorias no contexto dos PTTs	40
6	ANÁLISES E DISCUSSÕES	45
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE – Produtos Técnicos e Tecnológicos desenvolvidos	65

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, marcado por rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas, a gestão eficaz das organizações torna-se um desafio cada vez mais complexo e premente. Diante desse contexto dinâmico, os programas de pós-graduação (PPG) profissionais desempenham um papel significativo na formação de pessoal qualificado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem nesse ambiente em constante evolução.

Nesse sentido, o Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) destaca-se como um espaço de formação e produção científica relevante, contribuindo para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento da sociedade.

A temática abordada nessa proposta de dissertação envolve a identificação das produções de Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) desenvolvidos no âmbito do PPGOA à luz do que preconiza a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando compreender os padrões de produção e oferecer maior visibilidade à comunidade acadêmica sobre as possibilidades de criação desses produtos.

O PPGOA é um programa multidisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento, apresentando um forte relacionamento com as áreas de Educação, Administração e Ciência da Informação (UFPB, 2015). Todavia, para fins de classificação da CAPES, o programa foi registrado na Área 27 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - sendo sua área de concentração a Gestão e Aprendizagens, que engloba diferentes aspectos relacionados à gestão organizacional e ao processo de aprendizagem nas organizações (Brasil, 2022).

Nosso argumento de pesquisa se fundamenta na necessidade de dar maior acessibilidade aos produtos desenvolvidos no PPGOA. Atualmente, os PTTs estão inseridos dentro das dissertações, o que torna o acesso mais complexo, uma vez que é necessário navegar pelos trabalhos completos para localizá-los. Isso está em consonância com o que propõem Moreira e Nardir (2009, p. 4), pois reforça a importância de produtos técnicos e tecnológicos como resultados significativos nos programas de pós-graduação profissional, o PTT tem “identidade própria” e, portanto, deve ser “identificável e independente da dissertação”.

Diante da crescente importância atribuída à inovação e à aplicação prática do conhecimento, é necessário compreender como essas produções se manifestam e se distribuem ao longo dos anos. Desse modo, foi definido o seguinte problema de pesquisa: Como se caracterizam os produtos técnicos e tecnológicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes da UFPB?

Para responder à pergunta, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as produções de PTTs do PPGOA da UFPB. Com esse objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Delinear os trabalhos finais do PPGOA no Repositório Institucional da UFPB que apresentem como resultado um PTT;
- b) Classificar os PTTs do PPGOA com base na classificação da CAPES com relação às 12 tipologias da área 27 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo;
- c) Desenvolver um Folder com as principais informações sobre os PTTs da área 27 e um Portfólio digital interativo, integrado à base de dados do Repositório Institucional apresentando as produções do PPGOA da UFPB.

A decisão de escolher essa temática para a minha dissertação partiu de um desejo profundo de me desafiar e crescer tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Como bibliotecária, hoje atuando na UFPB, sempre acreditei que a busca pelo conhecimento transforma realidades — e ser mestre é, para mim, a concretização desse propósito. Por isso, encaro esta pesquisa como uma oportunidade de sair da minha zona de conforto, explorando novas áreas, principalmente o campo tecnológico, que é tão essencial para o futuro das nossas profissões. Além de qualificar minha prática profissional, é claro, espero, com este trabalho, incentivar outros colegas a enxergarem a pesquisa como um caminho possível para gerar impacto positivo na sociedade.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa buscou analisar os PTTs desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, com base em uma metodologia composta por cinco etapas fundamentais. Para isso, adotamos uma pesquisa de cunho qualitativa, com ênfase na descrição e categorização das produções, por meio de pressupostos teórico-metodológicos da análise de conteúdo categorial ancorada na pesquisa exploratória, bibliográfica, netnográfica e descritiva.

Antes de apresentarmos as etapas executadas nessa pesquisa, é importante dizer que foi realizada uma pesquisa exploratória (Gil, 2019), com o propósito de buscar estudos científicos sobre PTTs e examinar o conhecimento sobre o tema estudado a partir de diversas perspectivas, possibilitando uma visão mais abrangente do assunto (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

A primeira etapa consistiu no levantamento dos trabalhos finais produzidos entre os anos de 2013 até a última publicação do ano de 2024, por meio de pesquisa bibliográfica no Repositório Institucional da UFPB, que conforme Fonseca (2002, p. 32) é realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos”. Nessa etapa, deu-se início também à análise de conteúdo do tipo categorial, especificamente em sua fase de pré-análise (Bardin, 2016), com a organização e leitura flutuante dos materiais, sistematizando as ideias iniciais e estabelecendo o corpus para estudo.

Associada a ela, a pesquisa netnográfica permitiu compreender o contexto digital de circulação dos trabalhos, que com base em Kozinets (2014) é um método de pesquisa que adapta os procedimentos da etnografia tradicional de observação participante para o contexto das interações sociais mediadas por computadores, usando dados coletados a partir dessas interações no campo *online*. Ainda, segundo o autor:

Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia (Kozinets, 2014, p. 61).

Logo, a abrangência da netnografia como método de pesquisa amplia a capacidade de compreender fenômenos culturais no ambiente digital, contribuindo significativamente para a representação de práticas e dinâmicas sociais mediadas por tecnologia.

Ainda nessa fase, fez-se uso da pesquisa descritiva em que os fatos são “observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Alguns autores a definem como:

[...] um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.” (Raupp; Beuren, 2006, p. 81).

A segunda etapa da pesquisa corresponde à seleção dos trabalhos que apresentam PTTs. A análise concentrou-se nas seções de resumo, sumário, resultados, conclusão e apêndice, por compreender que essas partes oferecem maior visibilidade sobre o conteúdo, de forma sucinta, e os produtos desenvolvidos.

Na terceira etapa, procedeu-se à sistematização e classificação dos PTTs, incluindo os seguintes elementos: nome do PTT, objetivo, localização do PTT no trabalho final, classificação do produto de acordo com a CAPES (com base nas 12 tipologias da área 27), grau de replicabilidade e tipo de inovação.

Essas duas últimas etapas apresentadas correspondem à exploração do material, na qual o corpus é submetido a uma análise sistemática para codificação, categorização e organização dos dados, como propõe Bardin (2016).

A quarta etapa envolveu a análise dos resultados por meio da elaboração de gráficos, visando oferecer uma representação visual dos padrões encontrados nas produções. Aqui, ocorre a fase de tratamento dos resultados e interpretação, parte integrante da terceira fase da análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016), que envolve a condensação das informações, interpretação crítica e inferência das tendências encontradas.

É relevante esclarecer que ao tratar da análise de conteúdo, Laurence Bardin não defende uma abordagem rígida ou completamente fechada. Pelo contrário, reconhece que essa técnica oscila entre dois polos fundamentais da investigação científica: de um lado, o rigor da objetividade e da cientificidade, que exige sistematização e critérios claros na análise dos dados; de outro, a riqueza da subjetividade, essencial para captar os sentidos e significados que emergem dos discursos (Bardin, 2016), o que justifica a escolha desse método para a presente pesquisa.

Por fim, na quinta etapa, elaborou-se: a) um Folder com as principais informações sobre os PTTs da área 27 da CAPES; b) Portfólio digital interativo com interface intuitiva e responsiva, integrando os dados dos PTTs ao Repositório Institucional da UFPB, de forma a facilitar a consulta e dar visibilidade à produção técnico-científica do programa.

Quanto aos procedimentos éticos, como o estudo utilizou fontes de acesso público e não envolveu seres humanos, não houve necessidade de submetê-lo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, respeitamos os princípios éticos e normativos que regem a utilização de documentos públicos, de forma a garantir o rigor e a integridade da pesquisa.

Para sintetizar de maneira clara o percurso metodológico adotado nesta pesquisa, apresentamos um esquema metodológico que ilustra as características envolvidas no desenvolvimento deste estudo.

Quadro 1 - Caminhos metodológicas da pesquisa

QUANTO À ABORDAGEM	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	QUANTO AOS OBJETIVOS
Qualitativa	Bibliográfica e Netnográfica	Exploratória e descritiva
Analisa os trabalhos finais, especialmente ao aplicar a análise de conteúdo categorial.	Realiza o levantamento de informações em fontes acadêmicas e em plataformas digitais, oferecendo um panorama atualizado das produções do programa.	Mapeia um tema pouco explorado; organiza e classifica as características dos PTTs com base em critérios objetivos.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O quadro 1 proporciona um panorama geral das ações realizadas ao longo do processo investigativo, facilitando a compreensão do leitor sobre a metodologia adotada, incluindo, de forma objetiva, características quanto à abordagem, quanto aos procedimentos e quanto aos objetivos.

3 UMA JORNADA PELA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Os programas de pós-graduação no Brasil começaram a ser implementados no intuito de impulsionar o progresso da pesquisa e da formação acadêmica no país. Nos anos iniciais da década de 1930 ocorreram os primeiros avanços, como a proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras apresentada por Francisco Campos, que incluía a ideia de estabelecer um sistema de pós-graduação inspirado nos moldes europeus (Saviani, 2000).

Duas décadas depois, acordos começaram a ser estabelecidos entre países estrangeiros e o Brasil, resultando em uma série de parcerias entre escolas e universidades, entre elas o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores, que fortalecia os laços educacionais e científicos entre as nações:

As duas tendências mais fortes que marcaram a pós-graduação brasileira foram a europeia, (principalmente na USP) e a norte-americana (ITA, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal do Rio de Janeiro), sendo esta última a que as principais marcas deixou. [...] Foi neste contexto de dependência em relação às nações centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil (Santos, 2003, p. 629).

A citação de Santos (2003) destaca as influências externas, especialmente europeia e norte-americana, na formação da pós-graduação brasileira, evidenciando como o contexto de dependência em relação aos países centrais moldou o desenvolvimento acadêmico no Brasil. Esse cenário reflete as raízes históricas de um sistema que buscava se estruturar a partir de modelos consolidados internacionalmente, adaptando-os às realidades e necessidades locais. Tal perspectiva permite compreender a trajetória da pós-graduação no país como um processo de apropriação e ressignificação de paradigmas externos.

Por conseguinte, o Decreto nº 29.741 de 1951 instituindo uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior emerge como resposta estratégica para fortalecer a infraestrutura acadêmica e científica, alinhando o Brasil aos esforços globais de valorização da educação e da pesquisa como pilares do desenvolvimento econômico e social. O principal propósito dessa instituição era "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país", além de "oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos" (Brasil, 1951, p. 1).

Embora marcada por influências europeias e norte-americanas, em que os interesses de uma elite financeira e intelectual predominavam, a história da pós-graduação foi desenvolvendo

sua própria identidade, adaptando-se às características do Brasil. Diante disso, as décadas de 60 e 70 transitaram por um cenário de grandes dificuldades, tal como relata Dermeval Saviani:

Chamo a esta fase de período heróico porque foi necessário criar as condições praticamente a partir do nada. Servindo-se de doutores formados no exterior ou pelo processo do doutorado direto previsto nos Estatutos e Regimentos das universidades, aos quais se agregaram mestres também formados no exterior e, em seguida, aqueles alunos titulados nos programas pioneiros de mestrado instalados no país, a pós-graduação foi sendo implantada suprindo-se a carência de infra-estrutura com muito trabalho e criatividade como, por exemplo, na falta de bibliotecas adequadas, a aquisição de livros por parte dos docentes que os transportavam no porta-malas do próprio veículo para disponibilizá-los junto aos alunos nas instituições em que os programas começavam a funcionar (foi o que fiz quando participei da equipe que deu início ao programa de mestrado da Universidade Metodista de Piracicaba em 1972). Nessas circunstâncias, às vezes o coordenador era também o secretário, datilografando os ofícios e até, como procedi em 1976 quando coordenei a implantação do programa de mestrado na Universidade Federal de São Carlos, desenhando e encomendando a produção das mesinhas que seriam utilizadas pelos alunos nas aulas e seminários de pesquisa (Saviani, 2000, p. 5).

Como evidenciado por Saviani (2000), a determinação e o esforço coletivo foram fundamentais para superar as dificuldades estruturais e implementar os primeiros programas de pós-graduação no Brasil. A criatividade e o comprometimento pessoal dos pioneiros, que se desdobravam em múltiplas funções, demonstram a relevância do papel humano na construção de um sistema educacional robusto e sustentável.

Nesse contexto de desafios e conquistas iniciais, surgem também marcos regulatórios que consolidaram e direcionaram a expansão da pós-graduação no país. Um exemplo significativo é o Parecer nº 977 de 1965 (Brasil, 1965), que estabeleceu diretrizes fundamentais para os cursos *stricto sensu*, contribuindo para o crescimento organizado e a avaliação contínua desses programas. O parecer discutia a definição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em níveis de mestrado e doutorado pelo Conselho Federal de Educação. O instrumento normativo, também conhecido como Parecer Sucupira, é citado até hoje na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A seguir, uma síntese do dispositivo:

O Parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano,

que compreendia o major (área de concentração) e o minor (matérias conexas) (Santos, 2003, p. 630).

Essa normatização inicial, entretanto, foi complementada e ampliada por outros dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que desempenhou um papel central na consolidação e regulamentação da educação. Os autores Silva, Suarez e Umpierre (2017) destacam que, nessa época, o Brasil já reconhecia a importância de proporcionar uma educação continuada para seus estudantes e que essa lei, promulgada em 1961, direcionava parte dos recursos públicos para o campo educacional. Desse modo, a LDB exerceu um papel fundamental na organização e regulamentação dos programas de pós-graduação brasileiros, estabelecendo diretrizes gerais para toda a educação no país. Corroborando com isso, o artigo 44 determinava a Pós-Graduação como modalidade de formação a ser oferecida pelas instituições de ensino superior:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [...] III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino (Brasil, 1996, p. 22).

Tendo isso em vista, a LDB foi considerada um arcabouço normativo que representou a garantia de que os programas estivessem alinhados com os princípios e objetivos mais amplos estabelecidos para o sistema educacional brasileiro. Além disso, ao abrir espaço para candidatos com formação superior, a lei reforça o compromisso com a formação continuada e o aperfeiçoamento de competências, alinhando a educação às necessidades do mercado e ao desenvolvimento do país.

Inicialmente, “o viés acadêmico foi predominante na gênese e no desenvolvimento da pós-graduação, justificado pela necessidade de qualificar pessoal para o ensino e institucionalizar a pesquisa” (Fischer, 2005, p. 25). Nesse contexto, os mestrados acadêmicos se consolidaram como uma etapa importante na formação de pesquisadores e professores universitários, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa científica.

Ao longo dos anos de 1970 a 1980, os programas se expandiram em diversas áreas do conhecimento, tornando-se uma etapa fundamental para aqueles que almejavam seguir carreiras acadêmicas ou atuar em centros de pesquisa. Porém, embora bem estabelecidos, os modelos de

mestrado acadêmico começaram a ser questionados diante das crescentes demandas do mercado de trabalho e da necessidade de uma formação mais alinhada com a prática profissional:

O mais forte redirecionamento vivenciado pela universidade brasileira, entre os anos de 1980 e 1990, foi o da transição de seu status de identidade pública – própria do Estado do Bem Estar – para o de identidade mercantil – própria do Estado empresarial. Neste período, vivenciamos em todos os níveis de ensino, mas principalmente no nível superior, e neste caso na pós-graduação, a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, **as propostas de mestrados profissionalizantes**, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (Hostins, 2006, p. 143, grifo nosso).

O pensamento do autor sobre a transição da universidade brasileira, de uma identidade pública para uma mercantil, reflete mudanças profundas no ensino superior durante as décadas de 80 e 90. Esse período foi marcado pela expansão da oferta educacional e pela diversificação de modelos, como os mestrados profissionais, além de uma crescente ênfase na produtividade acadêmica e na internacionalização. No entanto, essas transformações também trouxeram desafios relacionados à adequação das instituições às demandas do mercado e à preservação da qualidade acadêmica.

Nesse contexto, o pensamento de Van De Ven e Johnson (2006) dialoga diretamente com essa crítica, ao destacar a tensão existente entre a produção acadêmica e as práticas profissionais. A falta de aplicabilidade de muitas pesquisas acadêmicas e a negligência do conhecimento por parte dos profissionais de mercado revelam um desalinhamento que se intensificou nesse período. É perceptível que ambas as perspectivas reforçam a necessidade de um equilíbrio entre a teoria e a prática, com o objetivo de promover uma colaboração efetiva entre o universo acadêmico e o mercado, especialmente em programas de pós-graduação que busquem atender às demandas sociais e econômicas contemporâneas.

Foi nesse cenário que os mestrados profissionais surgiram como uma alternativa inovadora, servindo de ponte para diminuir a lacuna entre teoria acadêmica e prática profissional (Sarfati, 2022). No Brasil, os programas profissionais foram consolidados através da portaria nº 47 de 1995, que representou um marco importante na regulamentação e expansão desses cursos.

A portaria nº 47 determinava “a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional”, estabelecendo alguns requisitos e condicionantes, como, por exemplo, a definição da titulação dos docentes e orientadores que deveriam ser “portadores do título de doutor ou de qualificação profissional inquestionável” (Brasil, 1995, p. 1), o tempo mínimo de um ano para a titulação e a possibilidade de flexibilização da produção final com base na natureza da área e na proposta do curso, podendo este se manifestar de diversas formas, incluindo dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, e desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos.

Além disso, essa portaria também determinou que os primeiros programas de mestrados profissionais deveriam partir de instituições que já possuíam programas de pós-graduação conceituados em A ou B e que essa modalidade teria que ser fomentada através de autofinanciamento, ou seja, com dinheiro próprio, sem a necessidade de empréstimos ou apoio de instituições financeiras (Brasil, 1995).

Por sua vez, a portaria nº 80 de 1998 trouxe uma atualização da portaria nº 47, revogando-a e trazendo novas perspectivas sobre a avaliação dos cursos de mestrado profissional, entre elas as seguintes:

Art. 4º - Os mestrados profissionalizantes serão avaliados periodicamente pela CAPES considerando-se o estabelecido por esta portaria e utilizando critérios pertinentes às peculiaridades dos cursos que ela disciplina.

§ 1º. O acompanhamento e avaliação de programas que ofereçam cursos de mestrado profissional serão efetuados regularmente dentro do que é previsto pelo sistema de avaliação da pós-graduação patrocinado pela CAPES, em conjunto com todos os demais programas;

§ 2º. Nos procedimentos a que se refere este artigo a produção técnico profissional decorrente de atividades de pesquisa, extensão e serviços prestados deverá ser especialmente valorizada.

Art. 5º.- Os programas de mestrado avaliados de acordo com os padrões tradicionais poderão solicitar o enquadramento como “Mestrado profissionalizante” mediante demonstração de que suas respectivas propostas e orientação estejam voltados para esta modalidade de formação profissional, ou aprovação, pela CAPES, da reformulação de seus projeto (Brasil, 1998, p. 2).

A valorização da produção técnico-profissional, mencionada no §2º, sinaliza um empenho com o impacto prático das atividades desenvolvidas nesses programas, reconhecendo sua relevância na integração entre pesquisa, extensão e serviços prestados à sociedade. Esse

enfoque diferencia os mestrados profissionalizantes dos programas acadêmicos tradicionais, permitindo que instituições reorientem seus projetos para atender às demandas específicas dessa modalidade, conforme previsto no Art. 5º. Esse alinhamento reflete um movimento estratégico para adaptar a pós-graduação às necessidades do mercado e fortalecer sua contribuição prática no desenvolvimento social e econômico.

Contudo, apesar da regulamentação, André (2017) destaca que houve uma resistência significativa em relação à implementação dos mestrados profissionais no Brasil, fundamentadas no receio de desvalorização da pesquisa e na perda do espaço conquistado com considerável empenho ao longo do tempo. Outra preocupação destacada por Ribeiro (2005) é que parte da academia resistia ao Mestrado Profissional por enxergá-lo como uma proposta vinculada aos interesses empresariais, o que levantava apreensão sobre a universidade ser direcionada para atender a esse nicho específico. Sem sucesso, a oposição enfrentou consideráveis obstáculos diante do aumento do movimento que apoiou a profissionalização dos programas de pós-graduação, impulsionado pela abordagem indutiva da CAPES.

Nesse cenário, a instituição definiu critérios para uma análise abrangente dos projetos que eventualmente seriam submetidos à avaliação na respectiva área, estes incluíam a necessidade de atender demandas de formação profissional não abordadas ou satisfeitas pelos programas de mestrados acadêmicos; a apresentação de características específicas que delineiam novas alternativas para a formação profissional na área; a diferenciação em relação aos cursos de pós-graduação lato sensu, especialmente no que se refere a objetivos, público-alvo e abordagens formativas; e a promoção de um processo de formação que demande a inseparabilidade entre ensino e pesquisa (Boufleuer, 2003).

Por conseguinte, as portarias normativas nº 7 e nº 17 de 2009 representaram uma fase crucial para a igualdade de tratamento de titulação, atestando sua validade em todo o território nacional e garantindo aos alunos os direitos equivalentes aos concedidos aos portadores do título obtido em programas de pós-graduação acadêmico, pois este também seria enquadrado como modalidade de formação stricto sensu. Ademais, esse instrumento normativo possibilitou uma maior compreensão dos objetivos do mestrado profissional:

Art. 4º São objetivos do mestrado profissional

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados;

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (Brasil, 2009, p. 2).

Conforme demonstrado, os objetivos se direcionam, sobretudo, à transferência de conhecimento para a sociedade e ao compromisso com o desenvolvimento nacional, regional e local, promovendo soluções que atendam às necessidades específicas dos arranjos produtivos. Somado a isso, a portaria trouxe uma maior flexibilização da produção final, expandindo as possibilidades estabelecidas pela portaria nº portaria nº 47 de 1995, incluindo, por exemplo “registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, desenvolvimento de aplicativo, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo”, entre outras opções (Brasil, 2009, p. 3).

Com o passar dos anos, as regulamentações foram se aperfeiçoando e novas normas sobre o mestrado profissional foram publicadas. Entre elas, a Portaria nº 389 de 2017, ainda vigente, publicada pelo Ministério da Educação, merece destaque, pois introduziu no contexto da pós-graduação *stricto sensu* as categorias de mestrado e doutorado profissional, o segundo, por sua vez, aparece como uma inovação notável, anteriormente inexistente no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

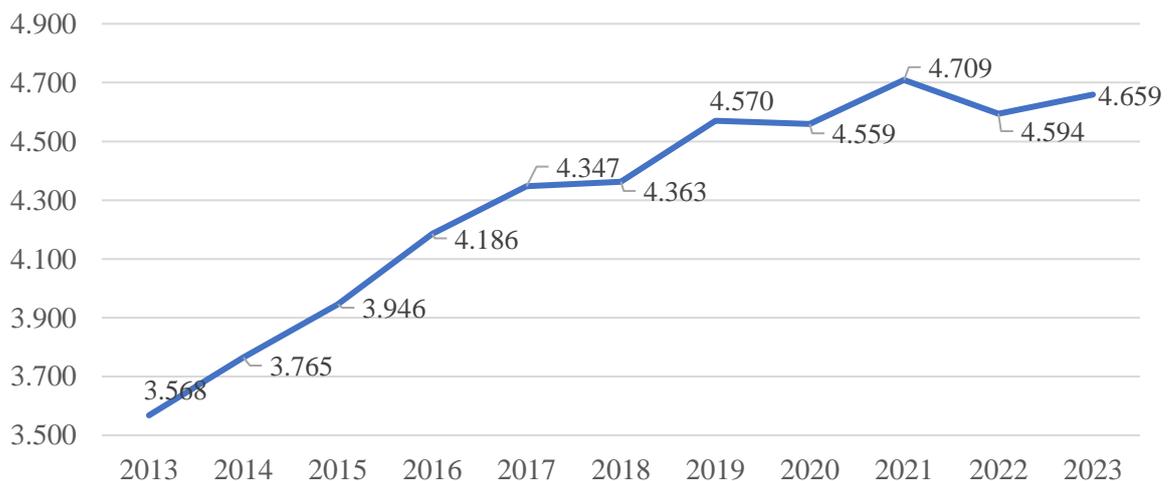
No mesmo ano, a Resolução Nº 7, emitida pelo mesmo Ministério, estabeleceu padrões de qualidade e eficiência de forma ampla, contemplando os programas de pós-graduação *stricto sensu* regulares pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, e dispendo, entre outras coisas, sobre a avaliação, configuração e o processo autorizativo de cursos (Brasil, 2017).

Por fim, a portaria mais recente é a de nº 60 de 2019, que revoga a Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017 e estabelece a criação de dois novos objetivos, totalmente alinhados à inovação tecnológica, para os cursos de mestrado e doutorado profissionais, que falam sobre a necessidade de considerar os processos e procedimentos de inovação tanto em atividades industriais voltadas à geração de produtos quanto na organização de serviços, sejam eles públicos ou privados e na formação de doutores com perfil autônomo, capazes de gerar e

transferir tecnologias e conhecimentos inovadores para solucionar problemas complexos em suas áreas de atuação (Brasil, 2019a).

Nesse cenário, “o mestrado profissional é fenômeno relativamente recente na pós-graduação brasileira enquanto prática acadêmica institucionalizada” (Fischer, 2005, p. 24), tendo sido uma novidade da década de 90. Há registros de que o Mestrado Profissional em Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, cadastrado em 1993 e reconhecido pela CAPES em 1998 (Brasil, 2025a), foi, senão o primeiro, um dos pioneiros nesse movimento, estabelecendo uma nova abordagem que combinava a estrutura acadêmica com a aplicabilidade prática do conhecimento. A partir deste, vários outros mestrados profissionais foram emergindo e enriquecendo os horizontes da pós-graduação brasileira, como demonstra a figura a seguir:

Gráfico 1 – Crescimento anual dos Programas de Pós-graduação na modalidade Profissional



Fonte: Adaptado (Brasil, 2025a).

O gráfico 1 demonstra o crescimento expressivo dos Programas de Pós-Graduação Profissionais no Brasil ao longo dos anos. Observa-se que, apesar de o surgimento dessa modalidade de pós-graduação ter ocorrido anteriormente, os dados contabilizados pela CAPES só registram esse crescimento a partir de 2013, se estendendo até 2023. Nesse intervalo, houve uma ampliação significativa no número de cursos dessa modalidade, refletindo uma maior valorização da formação voltada para a aplicação prática do conhecimento no mercado de trabalho. Essa trajetória de expansão destaca a importância estratégica desses cursos para atender às necessidades profissionais emergentes em diversas áreas do conhecimento.

3.1 Equilíbrio entre teoria e prática: distinções entre os programas de pós-graduação profissionais e acadêmicos

Sabe-se que a busca por aprimoramento educacional tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento profissional e intelectual dos indivíduos. Nesse contexto, a escolha entre programas com foco acadêmico e profissional torna-se um ponto importante a ser debatido, já que apresentam algumas diferenças na trajetória formativa.

Segundo as considerações de Gatti (2014), os profissionais devem concentrar sua atenção nas interações e dinâmicas laborais presentes nas organizações educacionais, bem como nas implicações decorrentes dessas dinâmicas. Além disso, é esperado que esses programas incorporem conhecimentos que conduzam a uma qualificação aprimorada no exercício profissional.

Isso significa que os programas de pós-graduação profissionais também remetem à produção do conhecimento, entretanto, nas palavras de Barata, “essa produção de conhecimentos está voltada para a solução de problemas práticos, tendo, assim, um caráter mais tecnológico do que propriamente científico” (Barata, 2006, p. 269). Outros autores ratificam esse pensamento ao declarar que nos programas profissionais “há a inserção na pesquisa, porém no intuito de que o mestrando possa compreendê-la e saber empregá-la” (Pasquali; Vieira; Castaman, 2018, p. 5).

Em contrapartida, os programas de pós-graduação acadêmicos têm um compromisso mais centrado na teoria e no avanço desta. Esse evento é explicado mais detalhadamente por Paixão e Bruni (2013) que destacam que o mestrado com foco acadêmico tem como objetivo a formação de pesquisadores e é considerado, embora não formalmente, uma etapa preparatória para o doutorado. Tradicionalmente, estes, têm sido associados à pesquisa profunda, à especialização em áreas específicas do conhecimento e à preparação para carreiras acadêmicas (Ostermann; Rezende, 2009). É tanto que o estágio em docência, frequentemente encontrado nas estruturas curriculares desses cursos, é considerado uma confirmação desse caminho (Virmond, 2002).

Na esteira dessa afirmação, alguns autores apontam que a realização de estágio em docência pelos alunos, como forma de integrar teoria e prática, é uma realidade predominante nos programas acadêmicos e incluem diversas atividades, como ministrar aulas em cursos de graduação e pós-graduação, atuar como monitor, ou realizar palestras em eventos científicos. No entanto, os autores observam que o termo genérico "estágio em docência" pode ser interpretado como uma abordagem voltada para aspectos práticos do currículo escolar, mas não

necessariamente como uma prática profissional direcionada à produção de bens e serviços (Hortale, et al., 2017).

Por outro lado, os cursos de pós-graduação profissionais têm emergido como uma alternativa inovadora centrada na aplicação prática do conhecimento para enfrentar desafios reais do mercado de trabalho (Paixão; Bruni, 2013). Essa distinção trazida pelos autores é importante, pois reflete que existem diferentes necessidades educacionais da sociedade, cada uma com a sua devida importância e singularidade. Portanto, é uma característica que o diferencia do acadêmico, pois a sua principal promessa é aproximar a academia do mundo do trabalho, o que não é foco precípua dos programas de pós-graduação acadêmicos (Hortale, et al., 2017). Isso não significa, no entanto, que uma modalidade de pós-graduação *strictu sensu* seja superior a outra, pois ambas possuem qualidades que atendem a objetivos distintos.

Dentro desse contexto, Ribeiro (2005) aponta para os perfis dos estudantes de mestrado. Segundo o autor, o acadêmico tem como objetivo desenvolver, ao longo do tempo, habilidades para atuar como pesquisador, enquanto o profissional visa formar egressos capacitados a reconhecer, identificar e utilizar a pesquisa de forma prática, agregando valor em algum contexto real da sua vida, geralmente nas suas atividades profissionais.

É nesse sentido que André enfatiza a importância da academia se moldar às necessidades práticas do mundo profissional, argumentando que “se nosso público é constituído por profissionais práticos, temos que montar uma estrutura curricular que contemple disciplinas e atividades centradas na reflexão crítica da prática profissional e no delineamento de caminhos para aperfeiçoá-la” (André, 2017, p. 828).

Outra perspectiva que as diferencia, é o trabalho final desenvolvido ao término do curso. Os cursos de pós-graduação acadêmicos exigem a produção de uma dissertação/tese como requisito para obtenção do título de mestre/doutor, já os programas de pós-graduação profissionais aceitam uma diversidade maior de trabalhos finais, favorecendo a autonomia dos discentes para escolher as opções que mais se alinhem com o programa, seus objetivos e circunstâncias reais. Sobre esse aspecto, há autores que não concordam com esse tipo de posicionamento e defendem que o formato dissertação é característica precípua de qualquer programa de pós-graduação *strictu sensu*, como explica Damerval Saviani:

considerando-se que a pós-graduação *strictu sensu* destina-se fundamentalmente à formação do pesquisador; considerando-se que o mestrado, enquanto primeira etapa tem a incumbência de efetivar a iniciação dos alunos tendo em vista a assunção, por parte deles, da condição de pesquisadores; considerando-se que essa iniciação implica a realização de um trabalho próprio e completo de investigação consubstanciado na dissertação,

conclui-se ser inconcebível um mestrado sem dissertação [...] Em verdade, esse tipo de mestrado se descaracterizaria como pós-graduação *stricto sensu* sendo assimilado aos cursos de especialização, já que tenderia a subordinar a formação acadêmica à formação profissional, abrindo mão do objetivo de formação de pesquisadores (Saviani, 2000, p. 15).

Assim como o autor, reconhecemos que a dissertação é, sem dúvida, um componente importante na formação acadêmica, especialmente para a produção de conhecimento e a formação de pesquisadores. Porém, restringir o conceito de mestrado *stricto sensu* a um modelo rigidamente vinculado ao formato dissertação limitaria a amplitude das diferentes formas de contribuição que a pós-graduação pode oferecer à sociedade, inclusive por meio de produtos técnicos ou tecnológicos que respondam a demandas sociais e organizacionais.

Paixão e Bruni (2013) validam esse pensamento quando apontam que, embora os programas de pós-graduação profissionais exijam um trabalho final com rigor equivalente ao de uma dissertação de mestrado acadêmico, é possível flexibilizar a forma desse trabalho final. Esse posicionamento sugere que o mestrado profissional pode manter a qualidade e a profundidade acadêmica sem necessariamente seguir o formato tradicional de uma dissertação, reconhecendo a possibilidade de adaptações que atendam melhor às demandas da formação prática e aplicada.

Com base nisso, quanto aos produtos dos cursos de pós-graduação profissionais, Gatti (2014) propõe diversas abordagens para trabalhos de conclusão, que incluem: a) investigações descritivo-diagnósticas focadas em contextos específicos, com o objetivo de formular proposições; b) desenvolvimento, planejamento ou experimentação de iniciativas – como metodologias, práticas pedagógicas, estratégias de gestão, softwares e materiais didáticos; c) análises avaliativas em pequena escala, acompanhadas de sugestões e propostas.

Ademais, outro aspecto importante é o tipo de pesquisa desenvolvido nesses programas. À vista disso, Gatti (2014) faz uma reflexão sobre dois tipos de pesquisa – a pesquisa acadêmica, geralmente, fruto dos programas acadêmicos e a pesquisa aplicada ou engajada, desenvolvida, obrigatoriamente, nos programas profissionais.

A primeira, segundo a autora, inicia e termina com a teoria, construindo a problematização com base nesse referencial teórico e tem por objetivo destacar situações a partir de uma determinada perspectiva teórica, confirmando ou refutando teorias existentes, geralmente, desenvolvendo uma abordagem mais explicativa para identificar lacunas e apresentar outras perspectivas sobre determinado objeto de estudo.

Por sua vez, a autora explica que o segundo tipo de pesquisa, a aplicada ou engajada, começa e finaliza com a realidade empírica, com o propósito de destacar fatos específicos por meio da compreensão de situações localizadas e seu objetivo central é buscar soluções e propor alternativas a partir da compreensão direta da realidade concreta em que está inserido.

Consoante a isso, Moreira (2004) pressupõe que as soluções podem ser materializadas por meio de processos ou produtos educacionais que visem a melhoria do ensino em uma área específica, sugerindo que o trabalho, em termos de forma e conteúdo, deve se configurar como algo utilizável por outros profissionais. Já André (2017) destaca que, apesar das especificidades da pesquisa acadêmica e da pesquisa engajada, ambas exigem planejamento, controle e sistematização, pois sem rigor teórico-metodológico não há pesquisa. De toda forma, os pensamentos dos autores se conectam ao enfatizarem a importância de um trabalho sistemático e rico teoricamente para garantir a eficácia de qualquer produção acadêmica.

Uma outra característica são as peculiaridades do corpo docente. Andrade, D'Ávila e Oliveira (2004), explicam que o curso de pós-graduação na modalidade profissional é notável pela combinação entre pesquisa e a produção científica e técnica, e que por isso, pode contar com um corpo docente experiente em gestão e vivências profissionais. Complementando essa perspectiva, Virmond explica que:

uma vez curso *stricto sensu*, o mestrado profissionalizante requer corpo docente qualificado composto primordialmente por doutores e sediado em instituição de ensino superior onde se encontrem, preferentemente, mestrados e doutorados consolidados. [...] Entretanto, convém salientar que é permitido, e alguns cursos de mestrado profissional o fazem, recorrer a pessoas de reconhecida qualificação fora dos quadros acadêmicos da instituição de ensino superior no qual tem sede, o que tem uma interface tênue, mas de importante repercussão, com as relações Universidade/Empresa (Virmond, 2002, p.127).

Diante dessa afirmação, a possibilidade de incluir profissionais externos de reconhecida qualificação e experiência profissional amplia o potencial de inovação e conexão prática com o mercado, fomentando uma colaboração significativa entre universidade e o mundo empresarial, por exemplo. Em termos institucionais, a CAPES enfatiza essa exceção do corpo docente, mas com algumas ressalvas:

Nos casos de PPGs na modalidade profissional, admite-se que até 20% dos docentes permanentes não possuam titulação de doutorado, desde que a composição do NDP seja igual ou superior aos mínimos de 8 (oito) doutores para mestrado e 12 (doze) para doutorado. Docentes não-doutores não poderão atuar como orientadores principais de doutorado e devem evidenciar o perfil

profissional e reconhecida experiência técnica-científica-inovadora recente e aderente ao programa (Brasil, 2025b, p. 21).

Diferentemente dos cursos de pós-graduação acadêmico, os quais exigem, na maioria das vezes, que o corpo docente seja composto por doutores na área ou em áreas relacionadas, com produção intelectual vasta que os caracterize como pesquisadores do campo (Moreira; Nardi, 2009), a inclusão de profissionais com experiência prática no corpo docente pode alavancar a formação dos discentes, permitindo que vivências do mercado de trabalho sejam compartilhadas e conectadas à teoria, o que enriquece a capacitação de profissionais no enfrentamento de desafios no seu cotidiano e proposição de soluções inovadoras.

Sob outra concepção, é imperativo considerar a dicotomia entre o ambiente acadêmico e o profissional e também a complementaridade que esses elementos proporcionam. Ambas modalidades se assemelham no sentido em que demandam dedicação à pesquisa, essencial em qualquer tipo de produção (seja de cunho acadêmico ou tecnológico), inclusive quanto ao que se espera de um pesquisador.

De acordo com André (2017), é esperado que o discente de ambos os programas mantenha controle sobre a sua pesquisa, o que requer um planejamento detalhado tanto dos objetivos quanto dos procedimentos necessários para alcançá-los. Além disso, deve haver uma sistematização do conhecimento, com registro claro e completo dos passos seguidos e das informações obtidas, bem como o apoio em referenciais e conhecimentos já disponíveis. Esses aspectos são fundamentais para garantir a credibilidade e a replicabilidade da pesquisa, assegurando que os resultados obtidos sejam embasados em processos rigorosos e transparentes, demonstrando que o papel do pesquisador vai além da busca por respostas, englobando também a responsabilidade pela construção de conhecimento confiável e ético.

O quadro 2 apresenta de maneira sucinta, com base nas discussões anteriormente expostas, as distinções mais evidentes entre os programas profissionais e acadêmicos, destacando suas características em termos de produção do conhecimento, perfil dos estudantes, trabalho final, tipo de pesquisa, objetivo e corpo docente:

Quadro 2 – Diferenças entre os programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais

CATEGORIAS	PPG PROFISSIONAL	PPG ACADÊMICO
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	Tem como foco resolver problemas práticos, inserindo o aluno na pesquisa para que compreenda e saiba aplicá-la em contextos reais e específicos	É mais centrada no desenvolvimento teórico, com ênfase no avanço e refinamento da teoria

PERFIL DOS ESTUDANTES	Capacita o discente para identificar, aplicar e agregar valor à pesquisa em suas práticas diárias e no mercado de trabalho	Capacita o discente para tornar-se pesquisador ou professor, aprimorando gradualmente habilidades para produção científica e atuação na pesquisa acadêmica
TRABALHO FINAL	Oferece outras modalidades de produção, além da dissertação/tese. Esta, inclusive, pode se tornar opcional caso o aluno apresente um produto que atenda aos critérios de trabalho final estabelecidos pelo curso	Requer, na maioria das vezes, a produção de uma dissertação/tese como resultado da pesquisa acadêmica realizada
TIPO DE PESQUISA	Geralmente envolve pesquisa aplicada ou engajada, iniciando e finalizando na realidade empírica, com foco em solucionar problemas e propor alternativas diretamente na prática	Geralmente fundamenta-se na pesquisa teórica, que parte de problematizações construídas em base teórica e busca explorar, confirmar ou refutar teorias
OBJETIVO	Prioriza a aplicação prática do conhecimento acadêmico para enfrentar desafios concretos do mercado de trabalho, aproximando a academia da realidade profissional	Orienta-se como uma etapa de formação científica, preparando o mestrando para o doutorado e a carreira de pesquisador, incluindo, geralmente, estágio em docência
CORPO DOCENTE	Composto prioritariamente por doutores, mas com a possibilidade de incluir profissionais de notável conhecimento e experiência do mercado	Formado precipuamente por doutores, com experiência acadêmica e produção científica na área específica ou em áreas correlatas

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

As diferenças fundamentais entre os PPGs profissional e os PPGs acadêmico, ressaltando suas características, objetivos e contribuições. Resumidamente, enquanto o primeiro é voltado à aplicação prática do conhecimento, visando resolver problemas concretos do mercado de trabalho e atender às demandas sociais, o segundo tem como foco principal o desenvolvimento teórico, orientado à formação de pesquisadores e ao avanço da ciência.

Essas distinções mostram que não há um modelo superior ao outro, mas sim caminhos complementares que atendem a públicos e finalidades distintos. Ambos desempenham papéis importantes na educação e na sociedade, inclusive quanto ao desafio em garantir que a formação avance tanto no conhecimento científico e técnico, quanto nas habilidades necessárias para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

4 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

A criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, deu-se através da Resolução N° 09 de 2008 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB. A deliberação, fundamentada nas atribuições do conselho e na legislação vigente, foi resultado de uma cuidadosa análise e discussão realizada em reunião plenária no dia 28 de março de 2008 (França, 2022). A autorização para a sua criação, conferiu ao Centro de Educação a responsabilidade pela implementação e gestão do referido curso.

O PPGOA teve sua primeira turma em dezembro de 2010 com uma oferta inicial de 30 vagas, representando o início de uma jornada acadêmica promissora e um compromisso com a inclusão e acessibilidade no que diz respeito à reserva de vagas para pessoas com deficiência e outras demandas sociais, por exemplo (UFPB, [2024?]).

Por sua vez, a estruturação do curso envolve a integração das áreas de Administração, Ciência da Informação e Educação, refletindo a interdisciplinaridade necessária para uma formação abrangente e eficaz (UFPB, [2024?]). No entanto, o curso foi criado oferecendo uma única área de concentração, denominada Gestão e Aprendizagens, mostrando o compromisso com a formação de profissionais capazes de compreender e atuar nas dinâmicas de aprendizagem organizacional.

Desse modo, o PPGOA consolidou-se como uma resposta às demandas por capacitação e atualização dos gestores de entidades públicas e privadas da região. Inspirado pelas políticas de educação superior brasileira e alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB, o programa surgiu em um contexto de abertura para pesquisas e intervenções sociais, refletindo a necessidade de aprimoramento dos conhecimentos e qualificações no ambiente acadêmico e profissional (França, 2022).

Na contemporaneidade, o programa já diplomou mais de 150 mestres (UFPB, [2024?]). Ao longo do tempo, o curso foi sujeito a avaliações internas e externas que resultaram em ajustes regulamentares, sendo necessário que o PPGOA reformulasse seu regulamento e estrutura acadêmica, resultando na criação do programa.

Em 2017, conforme a Resolução n.º 49/2017, o PPGOA estruturava suas atividades acadêmico-científicas em três linhas de pesquisa: Linha 1: Inovação em Gestão Organizacional, Linha 2: Gestão de Projetos e Tecnologias Emergentes e Linha 3: Aprendizagem nas Organizações (UFPB, 2017). Essas linhas funcionavam como eixos centrais para agregar docentes e discentes com interesses e objetos de pesquisa alinhados. Entretanto, com a atualização promovida pela Resolução n.º 23/2024, o programa reestruturou suas áreas de

atuação, consolidando-as em duas linhas de pesquisa: Linha 1: Gestão, Inovação e Tecnologias Digitais e Linha 2: Aprendizagem nas Organizações (UFPB, 2024). Essa reorganização reflete o compromisso do PPGOA em alinhar suas atividades às demandas contemporâneas, mantendo o foco na inovação e no impacto organizacional.

Isto posto, percebe-se que a gestão continua sendo o elemento central do curso, abrangendo ainda as tecnologias digitais e a aprendizagem nas organizações, que é considerada um elemento essencial nas estruturas de significado de organizações que se destacam por sua capacidade de inovação, qualidade e competitividade (Cavazotte; Moreno Jr.; Turano, 2015).

Além disso, segundo informações disponibilizadas no site do curso, o PPGOA estabelece diversas parcerias ao longo de sua trajetória, colaborando com instituições como o Ministério Público do Estado da Paraíba, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita, além de universidades como a Federal do Rio Grande do Norte e a Estadual da Paraíba (UFPB, [2024?]). As colaborações além de serem uma fonte de financiamento, contribuem para fortalecer a diversidade dos perfis discentes, beneficiando o público acadêmico e indivíduos não afiliados a essa instituição, incluindo professores de outras redes de ensino, profissionais do setor privado e gestores de diversas organizações.

Nessa circunstância, o público alvo são os gestores e servidores técnico-administrativos, com graduação prévia em qualquer área do conhecimento, isto é, profissionais a quem compete operacionalizar os objetivos, valores e missão e atender às demandas propostas pela organização a qual pertencem, por meio de proposições concretas, reflexões teóricas e pesquisas empíricas (UFPB, [2024?]).

Partindo desses princípios, com o intuito de promover o avanço de experiências, investigações, processos e práticas de aprendizagem em diferentes áreas de atuação organizacional, com ênfase em gestão, inovação, tecnologias digitais e processos de aprendizagem nas organizações o PPGOA estabelece os seguintes objetivos específicos:

- a) difundir a perspectiva da aprendizagem organizacional, dos ciclos de aprendizagem e das organizações que aprendem; b) trabalhar as competências e habilidades para uma gestão aprendente que envolve, além das organizações que aprendem, a gestão e a inteligência coletiva; c) formar profissionais para atuação inovadora no planejamento, monitoramento, execução de tarefas e avaliação do desempenho em instituições públicas, privadas e do terceiro setor; d) desenvolver competências para elaborar projetos ou promover negociações levando em conta os crescentes ambientes complexos, internacionais, interculturais e de cultura digital; e) promover a gestão de dados, informações e conhecimento visando ao seu adequado uso e comunicação em ambientes complexos, tecnológicos, de, tanto na perspectiva organizacional regional como na internacional e intercultural; f) propiciar

subsídios para o aprender na participação profissional, social, e na gestão democrática; g) avaliar as tendências das redes sociotécnicas e comunicacionais e as mudanças de comportamento nas organizações e na sociedade em geral; h) abordar as novas formas de trabalho, do agir profissional e das relações em equipe nas organizações; i) promover a equidade e melhoria contínua do processo gerencial, a multifuncionalidade e a perspectiva holística; j) estudar as tendências da sociedade, da organização, da produção e do compartilhamento do conhecimento; k) promover estudos transdisciplinares e transversais sobre sustentabilidade, inclusão, internacionalização e cultura organizacional e na sociedade, bem como tendências sociais e organizacionais (UFPB, 2024, p. 1).

Verifica-se que ao trabalhar essas competências demonstrados em seus objetivos, o PPGOA contribui para a criação de profissionais que compreendem as tendências emergentes, com potencial de liderar mudanças significativas em diversos setores, promovendo um impacto positivo tanto em contextos organizacionais quanto na sociedade como um todo. Nesse contexto, no capítulo VI, seção I, apresenta a definição do projeto de trabalho final, essencial para alcançar o título de Mestre, que deverá demonstrar um profundo entendimento do tema selecionado, bem como habilidade na organização e aplicação de pesquisa:

§1º. Entende-se por Trabalho Final a **Dissertação**, o **Relatório Técnico Aplicado**, o **protótipo**, a **Patente**, bem como **outros tipos de trabalho final inovadores**, previstos no §3º. da Portaria Normativa N.º. 17, de 28 de dezembro de 2009, da CAPES; ou outras Portarias que tratem do tema, desde que seja aplicável a esse PPG (UFPB, 2024, p. 18, grifo nosso).

Nesse enquadramento, o relatório técnico aplicado, o protótipo e a patente são mencionados como produção técnica e tecnológica estabelecida pela CAPES (Brasil, 2019b). Porém, há de se fazer uma diferenciação importante: nem todo trabalho final é considerado um PTT, mas todo PTT é considerado como trabalho final. Essa afirmação pode ser constatada quando em outro documento instituído pela CAPES a dissertação é descrita como tipologia para trabalho de conclusão final de curso:

§ 3º **O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação**, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de

sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (Brasil, 2009, p. 3).

De fato, apesar da tipologia dissertação não ser categorizada como uma opção de PTT, ela é citada como requisito de trabalho de conclusão final de curso. No entanto, o regulamento do PPGOA não faz nenhuma distinção entre o que seja PTT - patente, protótipo, relatório técnico aplicado – e o que constitui um trabalho final, que englobaria os PTTs e também o formato dissertação.

Apesar disso, a possibilidade expressa de desenvolver outras tipologias de trabalho final tornam nítidos os esforços do programa para impulsionar o desenvolvimento de PTTs, especialmente da área 27, que vão além do formato tradicional da dissertação, trazendo contribuições práticas, alinhadas às expectativas de impacto social, cultural e econômico tangível para a comunidade.

Dessa maneira, a importância de promover contribuições técnicas pode ser melhor entendida se observarmos alguns critérios e orientações da Avaliação Quadrienal da CAPES¹ 2017-2020 que impactam diretamente na qualificação da produção técnica e tecnológica da Área 27, no que diz respeito aos itens 1.2, 2.4, 3.1 e 3.2, que se referem, respectivamente ao perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa; a qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa; e ao impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

¹ A avaliação quadrienal da CAPES é disciplinada pela Diretoria de Avaliação do órgão e aplicada com a participação da comunidade acadêmico-científica através de consultores ad hoc. A avaliação assegura e mantém a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. O último Relatório de Avaliação do PPGOA foi publicado em 02/09/2022 e está disponível no link: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/gerarRelatorioView.jsf?idFicha=11093&idTipoAvaliacao=1&publico=true&popup=true>

5 PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

O advento das tecnologias da informação e comunicação levou a necessidade de preparar profissionais capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, inclusive quanto à promoção de abordagens mais práticas aplicadas à formação desses profissionais. Nesse sentido, os PPTs surgem como uma “aplicação do conhecimento adquirido de forma a contribuir para a solução de problemas reais da sociedade, propor melhorias nos processos e inovar, a partir da integração entre a teoria e a prática” (Mattos; Assunção; Batista, 2019).

5.1 Significados e características

Kotler (1998) traz a definição de produto como qualquer item disponível no mercado que atenda a uma necessidade ou desejo. De forma genérica, um produto representa a resposta direta a uma necessidade ou desejo dos consumidores, configurando-se como um elemento essencial para estimular a economia e a competitividade, “fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social” (Brasil, 2010, p.18).

Por outro lado, a definição de produto técnico e tecnológico atribuída pela CAPES é bem mais específica e voltada para a área acadêmica, profissional e de pesquisa, pois se refere ao resultado e a materialização de um trabalho de pós-graduação profissional, incluindo, entre outros exemplos, relatórios técnicos, manuais, patentes, protótipos (Brasil, 2019b). Fazendo uma analogia à definição de Kotler, o "mercado" pode ser compreendido como o ambiente de aplicação direta do PTT – geralmente o meio profissional do discente, seja seu local de trabalho ou setor de atuação.

Somado a isso, para que um PTT seja considerado como tal, ele deve apresentar um caráter técnico-científico e contribuir para o avanço do conhecimento em determinada área, bem como ter aplicabilidade prática em contextos profissionais. Ademais, o produto desenvolvido pelo aluno se dirige a atender necessidades reais do mercado, voltado para aprimorar processos, serviços ou produtos já existentes.

Em outras palavras, Mattos, Assunção e Batista (2019) destacam que a elaboração de um produto técnico deve ser sustentada por uma pesquisa científica rigorosa e relevante, iniciando-se a partir de um problema real vivenciado pelo pesquisador em seu cotidiano, pois, é nessa abordagem que se integra a teoria e a prática, ressignificando a última por meio de uma compreensão teórica que potencializa soluções. Ainda, segundo os autores, na área de Administração, espera-se que esses produtos técnicos resultem em melhorias de rotinas

organizacionais, otimização de processos ou ainda na expansão de teorias aplicadas ao campo profissional.

Convém observar que a produção técnica e tecnológica da CAPES foi concebida com base em quatro definições claras, que estabelecem critérios para categorizar os resultados das atividades acadêmicas e profissionais de docentes e discentes (Brasil, 2019b), estas serão melhor explicadas nos próximos parágrafos.

Primeiramente, o produto é descrito como um resultado palpável de uma atividade, podendo ser desenvolvido individualmente ou em grupo. Trata-se de algo tangível, como um método de trabalho ou um cultivar, que é confeccionado antes de ser entregue ao cliente ou receptor, que só tem acesso ao produto após sua finalização.

Em contraste, o serviço é um conjunto de operações ou atividades cujo resultado é intangível e que exige a presença simultânea do prestador e do cliente durante sua execução. Realizado de forma individual ou coletiva, o serviço deixa de existir após a conclusão das atividades, diferenciando-se do produto pela necessidade de interação direta e imediata entre prestador e receptor.

Já o processo/atividade refere-se a um conjunto de tarefas realizadas pelos próprios autores ou executores, cujo cliente principal é o próprio autor. A distinção entre um processo/atividade e um serviço está na presença do cliente externo durante a execução: se ele estiver presente, trata-se de um serviço; caso contrário, é classificado como processo ou atividade. Importante destacar que produtos não são identificados por verbos no infinitivo, enquanto os processos/atividades são frequentemente representados por ações expressas dessa forma.

Por fim, a relevância/utilidade é definida pela importância atribuída ao resultado de um processo ou conjunto de atividades, como produtos. Essa importância é avaliada pelo cliente/receptor com base na utilidade percebida para atender a uma necessidade ou solucionar um problema, e não pelo executor. Assim, a produção técnica e tecnológica busca alinhar resultados concretos e serviços à satisfação das demandas específicas dos usuários, reforçando sua pertinência no contexto acadêmico e social.

Por sua vez, é importante ressaltar a diferença entre produto técnico e produto tecnológico, que pode variar dependendo do contexto em que são utilizados. De acordo com o Relatório, a diferença entre esses produtos reside no fato de que a produção tecnológica implica na inovação do conhecimento, e a produção técnica faz referência à aplicação ou replicação de algo previamente desenvolvido (Brasil, 2019b).

Em bases teóricas, o documento de Produção Técnica faz a distinção desses dois elementos a partir de alguns critérios subjetivos - impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade - que serão melhor explicados a seguir. Esses critérios são elementos fundamentais na avaliação e classificação de produtos desenvolvidos em programas de pós-graduação.

O primeiro aspecto é o impacto, fator subjetivo que requer maior atenção, pois está diretamente ligado às alterações e modificações resultantes da introdução do produto num determinado contexto social. No relatório de 2019, o impacto é definido como o efeito ou benefício que a sociedade percebe, resultante dos produtos desenvolvidos dentro de um programa de pós-graduação (Brasil, 2019b). Nessa linha de pensamento, "o impacto social refere-se à influência benéfica que a pesquisa exerce sobre o conhecimento, compreensão, condições de vida, atitudes e comportamentos de uma comunidade (Bangani, 2018), o que torna esse aspecto ainda mais relevante, pois:

Significa o reconhecimento oficial, pela Capes, de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e deve assim, não apenas melhorar a ciência, mas também melhorar o país e, por que não? Sobretudo se pensarmos em termos de ecologia e meio ambiente, o mundo (Ribeiro, 2007, p.1).

Podemos dizer que as declarações dos autores Bangani (2018) e Ribeiro (2007) se convergem, na medida em que destacam um aspecto crucial do impacto social esperado dos PTTs, evidenciando que a pós-graduação deve assumir um papel ativo na transformação da sociedade. Essas visões ressoam com os objetivos contemporâneos de sustentabilidade e inovação social, sobretudo quanto à importância de que as pesquisas gerem benefícios alinhados às demandas da sociedade.

Contudo, alguns estudiosos apontam a dificuldade em avaliar e medir o impacto social do conhecimento produzido pelas instituições de ensino e pesquisa, pois ainda não foi consolidada uma metodologia eficaz para avaliar e medir o impacto social do conhecimento produzido pelas instituições de ensino e pesquisa. Essa dificuldade está relacionada à alta complexidade do processo, influenciada pela diversidade dos sistemas de ensino e pesquisa, pelas diferenças entre campos científicos — compreendidos como áreas de conhecimento e espaços de interação social — e pelos desafios inerentes à operacionalização da medição (Wood Jr. et al., 2016).

Nesse ponto, compartilhamos do pensamento de Pinto, que acredita que o impacto precisa ser considerado sob diferentes perspectivas, principalmente em relação ao retorno social

das atividades da pós-graduação, de forma que os programas de pós-graduação profissionais concentrem seus esforços no sentido de capacitar os pesquisadores a oferecer soluções para os problemas diários enfrentados pela população (Pinto, 2020).

O segundo critério diz respeito à aplicabilidade, que se refere à facilidade de utilização do produto para alcançar os objetivos específicos para os quais foi criado, logo, um produto com alta aplicabilidade apresentará ampla abrangência ou potencial de expansão, além de possibilitar sua replicação como produção técnica (Pilatti; Renaux; Rubbo; Lievore, 2024).

Nesse aspecto:

O público-alvo deve ser capaz de verificar as vantagens da utilização do produto técnico pelas outras pessoas, ou, então, as suas vantagens de utilização devem ser facilmente comprovadas e comunicadas para as pessoas. Assim como os animais, as pessoas também aprendem pela observação. O uso do produto técnico por outras pessoas com resultados positivos gera uma atitude positiva em outras pessoas sobre essa inovação (Moura, 2020, p. 55).

A afirmação do autor ressalta um aspecto essencial da aceitação e difusão de inovações: a observação e o impacto social. A capacidade de comunicar as vantagens de um produto técnico e de demonstrar seus benefícios práticos influencia diretamente na adoção por parte do público-alvo. Podemos concluir que quando resultados positivos são observados, especialmente por meio do uso por terceiros, cria-se um efeito de validação que estimula a confiança e o interesse pela inovação.

Assim, quanto mais simples for sua utilização e mais flexível for sua adaptação, maior a probabilidade de ser considerado um produto tecnológico e de ser utilizado pelo público a que se destina. Ainda, acredita-se que os produtos reconhecidos como altamente inovadores são capazes de liderar revoluções nos processos industriais e combinar design inteligente e facilidade de uso (Akour et al., 2022).

Para que haja inovação, terceiro critério de avaliação, é fundamental o emprego de conhecimento original na criação do produto. Conforme as dimensões estabelecidas pela comissão designada pela Portaria Capes n.º 147, de 13 de novembro de 2015, o conceito de inovação é amplamente considerado como o ato de inovar, seja através de mudanças em algo já existente ou pela criação de algo inédito (Brasil, 2015).

Dessa maneira, Faria e Vasconcelos (2020) esclarecem uma distinção fundamental no campo da inovação: a diferença entre inovações radicais e incrementais. Inovações radicais são aquelas que rompem com paradigmas anteriores, introduzindo tecnologias ou modelos de

negócios completamente novos, muitas vezes transformando mercados ou criando novos setores. De maneira distinta, as inovações incrementais refletem aprimoramentos ou adaptações de soluções já existentes, focando na otimização de processos, produtos ou serviços. Há ainda a inovação em tecnologia social, caracterizada por soluções criadas ou adaptadas com foco na inclusão, na participação comunitária e na resolução de problemas sociais relevantes, geralmente voltadas a contextos de vulnerabilidade e com impacto coletivo.

No contexto da avaliação de PTTs pela área 27 da CAPES, é importante destacar que o conceito de inovação envolve dois eixos complementares e distintos: tipo de inovação e grau de inovação. O tipo de inovação considera se o produto representa uma solução incremental, radical ou uma tecnologia social (Capes, 2015; Faria; Vasconcelos, 2020). Já o grau de inovação avalia o nível de originalidade do produto em relação ao contexto em que foi desenvolvido, sendo classificado como inédito - nunca realizado naquela realidade institucional, ou pré-existente - baseado em adaptações ou reconfigurações de soluções já consolidadas.

De acordo com essa explicação, podemos afirmar que todas as formas de inovação são positivas e têm relevância significativa. Assim, o impacto de uma inovação não deve ser medido apenas pela sua magnitude de novidade, mas também pela sua capacidade de gerar valor e atender às necessidades específicas de seu contexto de aplicação. De maneira similar, Moura reforça esse entendimento ao afirmar:

a inovação deve ser relacionada à possibilidade de algo que seja utilizado pela sociedade, pelas empresas e pelo mercado; caso contrário, seria uma invenção. Nesse caso, verifica-se a forte relação entre os produtos técnicos desenvolvidos e a inovação em si, já que os produtos técnicos desenvolvidos poderão ser utilizados pelas empresas e pela sociedade em geral, considerando que as empresas podem ser lucrativas ou não (Moura, 2020, p. 51).

Complementando essa análise, a ficha de avaliação da CAPES considera ainda o teor de inovação, que diz respeito ao nível de originalidade e ao potencial transformador do produto técnico ou tecnológico. Quando o produto apenas reorganiza ou sistematiza práticas já existentes, seu teor inovativo é considerado baixo, mesmo que seja útil ou eficiente. Caso introduza elementos novos, adaptados a um contexto específico, promovendo mudanças mais expressivas na forma de agir ou gerir, seu teor inovativo é classificado como médio. Por fim, quando o produto oferece uma solução completamente nova, com alta capacidade de impactar processos, instituições ou políticas públicas de forma abrangente, atinge um alto teor inovativo, sendo considerado estratégico para a geração de conhecimento aplicado (Brasil, 2025b).

Essa categorização muito se assemelha ao grau de complexidade, que diz respeito ao nível de interação entre os diferentes elementos durante o desenvolvimento do produto, desse modo, quanto mais intrincado for esse processo, com a participação de diversos atores, relações e conhecimentos, maior será a categorização do produto como tecnológico (Brasil, 2019b). Para Winter (2018, p.13), a complexidade pode ser classificada em três categorias:

Produção com alta complexidade: Desenvolvimento com sinergia ou associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores (laboratórios, empresas, etc.). Há multiplicidade de conhecimento, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, bem como demanda a resolução de conflitos cognitivos entre os atores partícipes.

Produção com média complexidade: Resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores (laboratórios, empresas, etc.).

Produção com baixa complexidade: Resulta de desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores (Winter, 2018, p. 13).

Ao destacar a alta, média e baixa complexidade, Winter (2018) apresenta a multiplicidade de saberes, a colaboração entre diferentes atores e as implicações cognitivas e de resolução de conflitos que surgem quando se busca soluções mais inovadoras. Essa distinção também reflete as diferentes demandas e desafios que uma produção técnica ou tecnológica pode enfrentar, podendo variar de uma simples adaptação de conhecimento existente até o desenvolvimento de novas abordagens que envolvem sinergia entre várias áreas de especialização. Com isso, fica claro que, dependendo do grau de complexidade, o processo de inovação e o impacto potencial do produto gerado serão substancialmente diferentes.

Ainda, um aspecto importante na avaliação é o grau de replicabilidade, que diz respeito à possibilidade de o produto ser reproduzido em outros contextos. De acordo com a Ficha de Avaliação da Área 27 da CAPES (Brasil, 2025b), a replicabilidade pode ser classificada em três níveis: restrita, quando o produto é aplicável somente ao local onde foi desenvolvido, sem possibilidade evidente de adaptação; escalável, quando o produto pode ser replicado em outras instituições ou setores com ajustes metodológicos ou técnicos; e irrestrita, quando o produto pode ser utilizado amplamente, sem necessidade significativa de adaptação, em diferentes contextos organizacionais ou territoriais.

Essas definições são alinhadas à proposta metodológica de Martens et al. (2022), que apresentam a replicabilidade como critério central na avaliação da aplicabilidade e impacto de

PTTs, destacando a importância da escalabilidade como indicador de potencial de disseminação e utilização ampliada dos produtos desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em síntese ao exposto, podemos dizer que a diferença entre um produto técnico e um produto tecnológico reside nos níveis de impacto social abrangidos, sendo que o produto tecnológico tende a ser mais amplo e profundo em sua aplicação. Logo, sua classificação não depende da tipologia do produto, mas sim do nível de inovação que lhe foi aplicado.

5.2 Avaliação e tipologias: critérios e categorias no contexto dos PTTs

A inclusão da necessidade da elaboração de PTTs nos Programas de Pós-graduação Profissionais trouxe consigo desafios significativos para a consolidação dessa prática no cenário universitário. Com o intuito de garantir a qualidade e relevância dessas produções, a CAPES se viu na necessidade de orientar os programas e assegurar que tais produções atendam aos critérios de excelência acadêmica:

A obrigatoriedade referente à elaboração do produto educacional promoveu a necessidade de a CAPES criar parâmetros a serem seguidos pelos programas de pós-graduação, que assegurassem uma boa avaliação dessas produções e dos programas de pós-graduação (Leite, 2018, p. 331).

A criação desses parâmetros busca assegurar que as produções atendam a padrões de qualidade, bem como ao impacto que devem gerar, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. Diante dessa demanda, o Comitê de Produção Técnica, instituído pela Portaria CAPES 171 de 2018, desenvolveu uma abordagem de avaliação para as Produções Técnicas e Tecnológicas, abarcando todas as áreas de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (Brasil, 2018).

Nesse sentido, o comitê fundamentou-se nos trabalhos anteriores realizados pelo Comitê CAPES 06 Qualis-Tecnológico, que consultou as 49 áreas de conhecimento e compilou 62 produções técnicas e distribuiu-as em quatro eixos principais (Brasil, 2019b). O primeiro eixo, Produtos e Processos, está relacionado à criação de PTTs que podem ser protegidos por direitos de propriedade intelectual ou industrial. Esses produtos, como softwares, metodologias e dispositivos, destacam-se pela capacidade de gerar ativos inovadores, contribuindo para o avanço científico e tecnológico.

O segundo, Eixo Formação, abrange iniciativas voltadas para a capacitação educacional em diferentes níveis, como cursos, treinamentos e programas de qualificação. Essas ações

podem atender tanto ao público interno quanto externo à instituição de origem, promovendo o desenvolvimento de competências específicas e fortalecendo a disseminação do conhecimento. Já o Eixo Divulgação da Produção foca na disseminação dos resultados obtidos, englobando publicações científicas, apresentações em eventos acadêmicos e outras formas de divulgação. Esse eixo é essencial para ampliar o alcance das produções, fomentando sua aplicação prática e impacto na sociedade.

Por fim, o Eixo Serviços Técnicos concentra-se na interação entre a academia e a sociedade, por meio da prestação de serviços especializados, como consultorias, diagnósticos e ações de extensão universitária. Este eixo busca alinhar o conhecimento acadêmico às necessidades da comunidade e de instituições públicas ou privadas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inovação.

Essas 62 produções técnicas foram posteriormente convertidas em 21 produtos e 38 subtipos, conforme detalha o quadro a seguir:

Quadro 3 – Descrição dos PTTs e seus subtipos

Nº	PRODUTOS	SUBTIPOS
1	Produto Bibliográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo publicado em revista técnica • Artigo em jornal ou revista de divulgação • Resenha ou crítica artística • Texto em material didático de exposição ou de programa
2	Ativos de Propriedade Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> • Patente depositada, concedida ou licenciada • Desenho industrial • Indicação geográfica • Marca • Topografia de circuito integrado
3	Tecnologia Social	
4	Curso de formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada • Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis • Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
5	Produto de editoração	<ul style="list-style-type: none"> • Livro, material didático, coletânea e enciclopédia organizada • Revista, anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada • material didático de produção artística organizada
6	Material didático	
7	Software/Aplicativo (Programa de computador)	
8	Evento organizado	<ul style="list-style-type: none"> • Internacional e Nacional
9	Norma ou marco regulatório	<ul style="list-style-type: none"> • Norma ou marco regulatório elaborado • Estudos de regulamentação • Elaboração de anteprojeto de normas ou de marco regulatório • Estudos apresentados em audiência pública • Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
10	Relatório técnico conclusivo	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório técnico conclusivo per se

		<ul style="list-style-type: none"> • Processos de gestão elaborado • Pesquisa de mercado elaborado • Simulações, cenarização e jogos aplicados • Valoração de tecnologia elaborado • Modelo de negócio inovador elaborado • Ferramenta gerencial elaborada • Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaboradas
11	Manual/protocolo	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica (ex. POP – Procedimento Operacional Padrão) elaborado • Manual de operação técnica elaborado
12	Tradução	
13	Acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Curadoria de mostras e exposições realizadas • Acervos produzidos • Curadoria de coleções biológicas realizada
14	Base de dados técnico-científica	
15	Cultivar	
16	Produto de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de mídia realizada
17	Carta, mapa ou similar	
18	Produtos/processos em sigilo	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto declarado de produção técnica ou tecnológica. • Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo • Instrumentos de transferência de tecnologia (contratos) elaborados
19	Taxonomia, ontologias e tesouros	
20	Empresa ou organização social inovadora	
21	Processo/tecnologia e produto/material não patenteável	

Fonte: Adaptado (Brasil, 2019b).

O quadro 3 dispõe de uma ampla gama de possibilidades de produção, com 21 categorias apresentadas. No entanto, chama atenção o fato de que algumas categorias não apresentam subtipo, o que pode dificultar a compreensão e aplicação prática pelos programas de pós-graduação. À luz dessas considerações, seria interessante que a CAPES aprofundasse a descrição de cada tipologia, fornecendo explicações mais detalhadas para identificar e classificar os produtos e seus subtipos, além de facilitar a orientação aos docentes e discentes e contribuir, dessa forma, para a padronização desses itens.

Vale ressaltar que, dentro dessa variedade e dependendo da área que compõe, essa diversidade de produtos pode ser delimitada em até 10 produtos principais (Brasil, 2019b). Para a área 27, que compreende os campos de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, foram selecionadas categorias que refletem a natureza e o propósito dos produtos desenvolvidos, possibilitando uma avaliação mais precisa da sua contribuição para a sociedade e para as organizações. Essas classificações orientam os programas sobre as expectativas da CAPES em termos de inovação, aplicabilidade e impacto no mercado e na gestão organizacional:

Quadro 4 - Produtos técnicos e tecnológicos da área 27

PRODUTO	DESCRIÇÃO
Empresa ou Organização social (inovadora)	Uma nova empresa ou organização social formada com base em produto, serviço ou processo tecnológico desenvolvido por docentes e/ou discentes no âmbito do programa de Pós-graduação. Ex. Startups, OSCIPS, associações sem fins lucrativos.
Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis	Produtos e/ou processos tecnológicos que, por impedimentos legais, não apresentam um mecanismo formal de proteção em território brasileiro, incluindo quaisquer ativos de propriedade intelectual. Ex. Novos processos de gestão documentados, novas técnicas de desenvolvimento de lideranças sistematizadas.
Relatório técnico conclusivo	Texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido. Ex. Relatórios de consultorias e assessorias técnicas.
Tecnologia social	Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade. Ex. Técnicas alternativas de produção, projetos de organizações comunitárias.
Norma ou marco regulatório	Diretrizes que regulam o funcionamento do setor público e/ou privado. Tem por finalidade estabelecer regras para sistemas, órgãos, serviços, instituições e empresas, com mecanismos de regulação, compensação e penalidade. Ex. Marco regulatório em educação, energia, saúde, telefonia, internet, transporte, petróleo e gás, organizações da sociedade civil, norma regulamentadora em segurança e saúde no trabalho ou de prevenção de riscos ambientais.
Patente	Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Ex. Patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade.
Produtos/Processos em sigilo	Bens físicos/tangíveis obtido por combinação de ideias, que possam ser materializados ou produzidos por um determinado processo de fabricação, destinados ao uso restrito e comprovado por meio de declaração de sigilo. Ex. Novos processos de fabricação documentados, novos processos de gestão empresarial sistematizados
Software/Aplicativo.	Conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador, a fim de obter um determinado resultado. Ele é composto por um código-fonte, desenvolvido em alguma linguagem de programação. Ex. Programa de simulação, software de pesquisa operacional, softwares de gestão, aplicativos educacionais
Base de dados técnico-científica	Conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (Informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. Ex. Banco de dados de indicadores gerenciais; Acervo de notificações

Curso para formação profissional	Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do programa de Pós-Graduação. Ex. Formação contínua de profissionais/gestores de organizações públicas e privadas, oferta especial para profissionais vinculados aos projetos de pesquisa
Material didático	Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais. Ex. Material impresso como livros didáticos e paradidáticos, coleções e jogos educativos, material audiovisual como fotografias, programas de TV e Rádio, material em novas mídias como ebook, plataformas e aplicativos de celular.
Produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico.	Artigo publicado em revistas voltadas para campos específicos do conhecimento, geralmente relacionadas com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado, diferenciando assim das revistas científicas, as quais buscam divulgar o progresso científico. Ex. Publicação em periódicos e seções tecnológicas.

Fonte: Brasil (2020).

O Quadro 4, que descreve as tipologias de PTTs da área 27, demonstra a diversidade e a abrangência dessas produções no contexto da pós-graduação. As categorias apresentadas incluem desde inovações empresariais, como a criação de startups e organizações sociais, até produções voltadas para a inclusão social, como tecnologias sociais. Cada tipologia reflete a intenção de alinhar a pesquisa acadêmica com demandas reais da sociedade.

No entanto, o quadro também suscita reflexões. Embora as descrições sejam esclarecedoras, a ausência de critérios mais detalhados para algumas tipologias pode dificultar a categorização e a avaliação dos PTTs. Por exemplo, categorias como Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis ou Produtos/Processos em sigilo podem apresentar desafios para delimitar exatamente os resultados esperados ou a forma como serão avaliados.

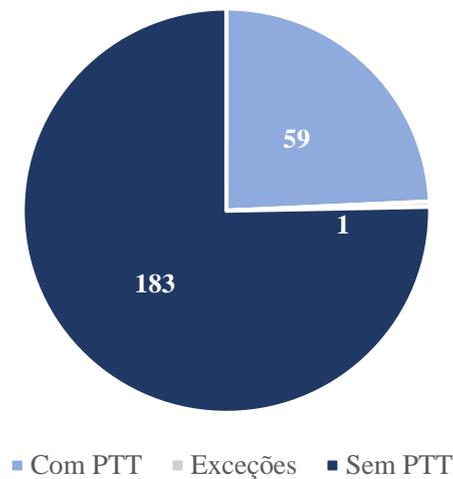
Em síntese, a criação do PTT ocorre de diversas maneiras, podendo ser definido em sua amplitude como um “objeto tangível com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na Pós-Graduação” (Brasil, 2019b, p. 22) que surge a partir de pesquisas acadêmicas, demandas sociais, necessidades do mercado e/ou desafios enfrentados pela sociedade.

Por isso, dar visibilidade a esse tipo de produção é imprescindível para que o conhecimento e as soluções desenvolvidas pela academia sejam inseridos em contextos organizacionais reais, facilitando a adoção e aplicação por parte dos diferentes atores e promovendo o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico na sociedade.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A análise teve como objetivo identificar a presença de PTTs nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos discentes, verificando sua ocorrência explícita na íntegra do trabalho ou como parte da produção científica vinculada. Em um universo de 243 trabalhos finais, apresenta-se a distribuição quantitativa daqueles que apresentaram ou não algum tipo de PTT em sua composição, bem como os casos excepcionais identificados.

Gráfico 2 – Trabalhos finais com e sem PTT



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

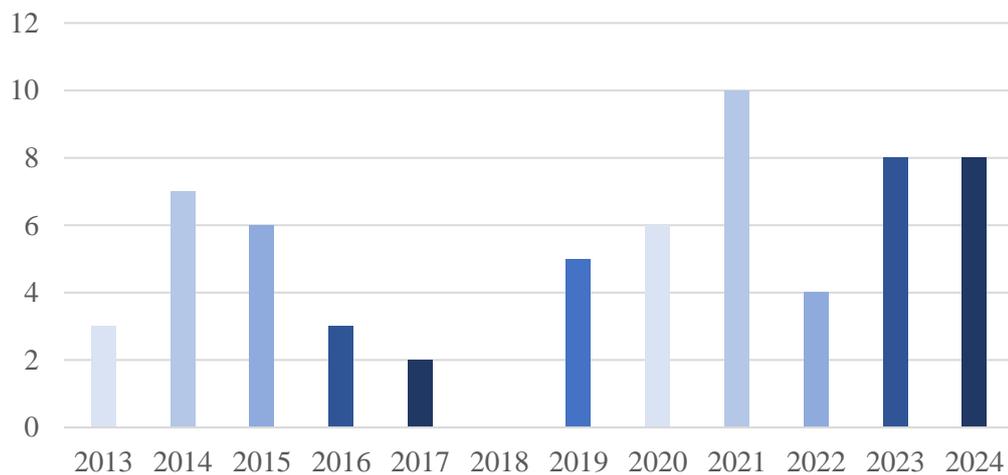
O gráfico 2 revela que dos 234 trabalhos finais, 59 incorporaram algum tipo de PTT, enquanto 183 não apresentaram essa característica. É importante ressaltar que três desses trabalhos finais apresentaram dois tipos de PTT em uma única produção acadêmica, ou seja, no total serão 62 PTTs, e que um trabalho se tornou parte da estatística de exceção, já que o trabalho encontrava-se com acesso embargado, o que impossibilitou o acesso ao documento na íntegra e a impossibilidade de analisá-lo.

Com a exigência formal da CAPES para o desenvolvimento e qualificação de PTTs nos mestrados profissionais a partir da Portaria nº 60 (Brasil, 2019a), esses números refletem não uma deficiência, mas um estágio de transição e amadurecimento do programa em relação às novas diretrizes da CAPES. É importante reconhecer os esforços já empreendidos e continuar promovendo ações que incentivem a produção de PTTs, como a capacitação de docentes e discentes, a revisão dos projetos pedagógicos e o fortalecimento de parcerias com o setor produtivo e a sociedade.

Desse modo, considerando que essa diretriz é relativamente recente, é compreensível que muitos programas ainda estejam em processo de adaptação para atender plenamente a essas exigências. Além disso, como os mestrados profissionais no Brasil foram estruturados com base nos modelos dos mestrados acadêmicos (André, 2017), isso pode ter influenciado uma cultura institucional, de modo que essa herança pode ter contribuído para uma menor ênfase na geração de PTTs, mesmo em programas voltados para a aplicação prática do conhecimento.

Ainda, buscando complementar o histórico da produção técnico-tecnológica no âmbito do PPGOA, elaborou-se um levantamento quantitativo dos PTTs desenvolvidos ao longo dos anos pelos discentes do programa. O gráfico 3 demonstra a distribuição anual desses produtos, evidenciando os momentos de maior e menor incidência de produção técnica e tecnológica:

Gráfico 3 – Produção de PTTs por ano



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

De maneira geral, o gráfico 3 revela uma trajetória oscilante, mas com tendência clara de crescimento ao longo dos anos. O período de 2013 a 2017 reflete um início de produção ainda tímido e esporádico, com registros entre 2 a 7 produtos anuais. Essa fase inicial marca o período de adaptação do programa à lógica da produção técnico-tecnológica.

A partir de 2019, inicia-se uma nova etapa, com a estabilização da entrega de PTTs. O ano de 2021 se destaca como o maior pico da série histórica, com 10 PTTs registrados. Segundo Amorim e Costa (2020), a pandemia provocou mudanças significativas nos processos formativos dos mestrados, alterando rotinas relacionadas à produção textual, gestão do tempo e desenvolvimento de produtos educacionais, o que pode ter impulsionado a produção técnica nos programas de mestrado profissional.

Após 2021, observa-se uma leve oscilação, mas sem retorno aos baixos índices do passado. Em 2023 e 2024, os números se mantêm elevados, com 8 PTTs em cada ano, indicando uma consolidação da cultura de desenvolvimento de produtos técnicos e tecnológicos no programa. Essa curva evidencia que o programa tem avançado na internalização da lógica de produção de PTTs, ainda que de forma gradual e sujeita a variações conjunturais. O crescimento e a estabilização nos últimos anos demonstram uma mudança cultural quanto ao alinhamento às exigências de produtos técnicos nos mestrados profissionais.

Quanto à distribuição dos PTTs por tipologia desenvolvidos no PPGOA da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, levantamos o seguinte:

Gráfico 4 – Tipologias de PTTs desenvolvidos no PPGOA



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

As tipologias atribuídas aos PTTs do programa mostram uma forte aderência à tipologia Relatório Técnico Conclusivo – Processos de Gestão Elaborado, com 25 ocorrências, sendo a mais recorrente entre todas as categorias. Esse destaque pode ser compreendido a partir de dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, o próprio regimento interno do programa prevê de forma expressa essa tipologia como um dos formatos aceitos para conclusão do curso (UFPB, 2024); em segundo lugar, o Relatório Técnico Conclusivo, por si só, já é reconhecido pela CAPES como um Produto Técnico e Tecnológico válido (Brasil, 2019b), não havendo, portanto, a necessidade de apresentar um PTT adicional. Essa condição torna-o uma opção viável e atrativa para os discentes, uma vez que une, em uma única produção, os requisitos de trabalho final e de produto técnico.

Durante a classificação, algumas situações demandaram interpretação criteriosa, especialmente nos casos em que os produtos não se enquadravam de forma clara em apenas uma tipologia. É o caso, por exemplo, dos manuais, amplamente encontrados no acervo de PTTs do programa. Embora a tipologia Manual/protocolo não conste entre as 12 categorias reconhecidas pela área 27, que seria a mais adequada para a categoria, esses produtos foram analisados segundo sua intenção, estrutura e aplicabilidade, conforme recomenda Bardin (2016), que considera a categorização um processo flexível, dependente da função e do contexto do material analisado, nesses termos:

- Quando o manual apresentava foco em normatização de rotinas ou processos institucionais, com ênfase na gestão, foi classificado como Relatório Técnico Conclusivo.
- Quando o manual se destinava à formação de públicos específicos, como alunos, professores ou comunidade externa, e apresentava linguagem pedagógica, estrutura didática, objetivos de aprendizagem e estratégias formativas, ele foi classificado como Material Didático.

Situação semelhante ocorreu com os produtos que traziam mapeamentos de processos. Quando o mapeamento estava incorporado a um relatório técnico mais amplo, ou seja, era uma etapa metodológica do documento principal, foi considerado parte do Relatório Técnico Conclusivo. No entanto, quando o mapeamento foi o objeto central do trabalho, frequentemente com foco em diagnóstico, redesenho e proposição de melhorias operacionais, sobretudo em dissertações, ele foi classificado como Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis, categoria que abrange ferramentas, fluxos, sistemas e metodologias não passíveis de patente, mas com caráter técnico ou tecnológico evidente.

Outras tipologias como Material Didático e Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis também aparecem com certa frequência (7 ocorrências cada), seguidas de Software/Aplicativo (6 ocorrências), refletindo uma leve diversificação nas formas de aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no curso. Contudo, observa-se que categorias como Norma ou Marco Regulatório, Curso para Formação Profissional, Produto Bibliográfico na forma de Artigo Técnico/Tecnológico e Empresa/Organização Social Inovadora são muito menos recorrentes, com apenas 1 a 3 registros cada.

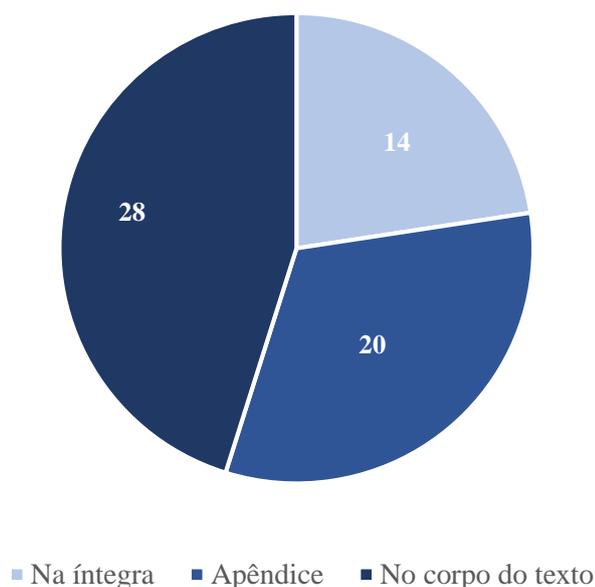
No caso específico dos artigos científicos, apenas um trabalho final explicitamente os incluiu como parte integrante de sua produção técnico-científica. No entanto, essa baixa representação não deve ser interpretada como ausência de produção científica, já que o

regimento do PPGOA exige, como requisito para conclusão do curso, a submissão de pelo menos um artigo científico por parte do discente. O que ocorre é que, na prática, essas submissões são realizadas de forma paralela à elaboração do trabalho final e, muitas vezes, não são mencionadas no documento formal da dissertação ou relatório técnico, dificultando seu rastreamento dentro da lógica de identificação dos PTTs.

Outro ponto a ser considerado é que, embora o regimento do programa mencione expressamente formatos como dissertação, relatório técnico aplicado, protótipo e patente, bem como outros tipos inovadores previstos na Portaria CAPES nº 17/2009, não há menção direta às 12 tipologias atualmente reconhecidas pela área 27 da CAPES. Esse descompasso pode indicar um possível desconhecimento por parte dos discentes — e até mesmo de parte do corpo docente — sobre o leque completo de possibilidades reconhecidas para fins de avaliação institucional. Tal cenário ajuda a explicar a menor frequência de certas tipologias e reforça a importância de ações de divulgação, formação e atualização permanente sobre os critérios, as tipologias e categorias avaliativas da CAPES.

Uma questão significativa para análise é a forma como esses produtos são disponibilizados dentro dos trabalhos finais do PPGOA. O gráfico a seguir apresenta a frequência das áreas onde os PTTs foram inseridos nos documentos acadêmicos: corpo do texto, apêndice ou na íntegra.

Gráfico 5 – Disponibilização do PTT no Trabalho Final



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

O gráfico 5 mostra que a maioria dos PTTs foram inseridos no corpo do texto dos trabalhos finais. Essa forma de disponibilização, embora válida, dificulta a identificação imediata do produto, uma vez que muitas vezes o PTT está distribuído entre seções do documento sem destaque específico. Em alguns casos, ele é localizável por meio do sumário; em outros, é necessário realizar uma leitura atenta e minuciosa de todo o conteúdo para reconhecê-lo. Esse formato compromete a visibilidade do PTT e a sua avaliação adequada, sobretudo por comissões externas ou pela própria CAPES.

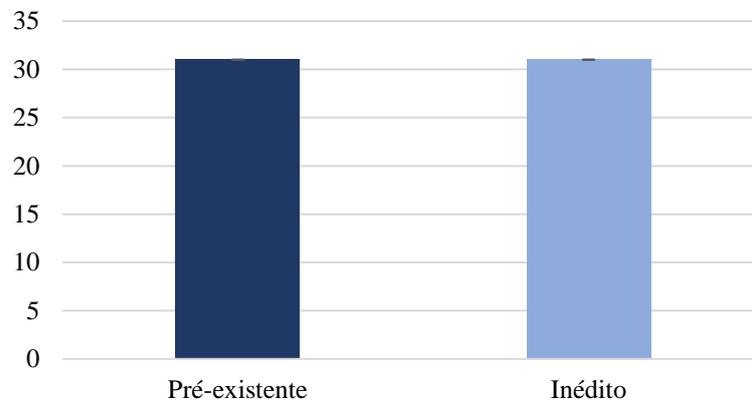
Os PTTs identificados na íntegra referem-se, predominantemente, aos Relatórios Técnicos Aplicados, que, por definição, já constituem o próprio trabalho final. Essa modalidade representa um modelo ideal de disponibilização, em que o produto é apresentado de forma consolidada e autônoma, facilitando tanto a sua análise quanto a sua apropriação prática.

Em oposição, a disponibilização em apêndices, embora mais acessível do que a dispersão no corpo do texto, também não representa a melhor estratégia. Ainda que localizados em uma seção própria do trabalho, os apêndices muitas vezes não são destacados como PTTs e permanecem invisibilizados para o leitor externo que busca identificar rapidamente a contribuição técnica ou tecnológica do trabalho.

Nesse sentido, destacamos que a forma mais adequada de disponibilizar essa produção técnica é por meio de um arquivo independente, complementar ao texto dissertativo, quando for o caso. Essa estratégia favorecerá a visibilidade do produto, facilitará sua apropriação prática e contribuirá para uma análise mais objetiva por parte de avaliadores e interessados. No entanto, observa-se que, historicamente, o RI da UFPB tende a indexar os trabalhos finais em um único arquivo, prática cuja motivação não está claramente explicitada.

Diante desse cenário, a inserção do PTT em forma de apêndice tem se mostrado a alternativa mais viável, ainda que não seja a ideal. Nesses casos, recomenda-se que o produto seja apresentado com título destacado, de modo a facilitar sua identificação pelo leitor diretamente no sumário da dissertação.

Com base nas diretrizes da CAPES, especialmente na avaliação da área 27, os PTTs podem ser classificados de acordo com o seu grau de inovação, o que envolve o nível de novidade do conhecimento aplicado em sua concepção. O gráfico 6 apresenta a distribuição dos PTTs do PPGOA/UFPB segundo essa classificação, distinguindo os produtos com caráter inédito daqueles considerados pré-existentes.

Gráfico 6 – Grau de Inovação

Fonte: Dados de pesquisa (2025)

A análise revela a aderência de 31 PTTs classificados como inéditos, representando uma parcela significativa da produção técnico-tecnológica do programa. Essa classificação indica que os produtos foram elaborados com base em conhecimentos novos, ainda não aplicados anteriormente, e que se configuram como soluções originais para problemas específicos. Isso evidencia o potencial criativo e transformador dos discentes do PPGOA, além de alinhar-se ao propósito central dos mestrados profissionais: desenvolver conhecimento aplicável e com impacto social.

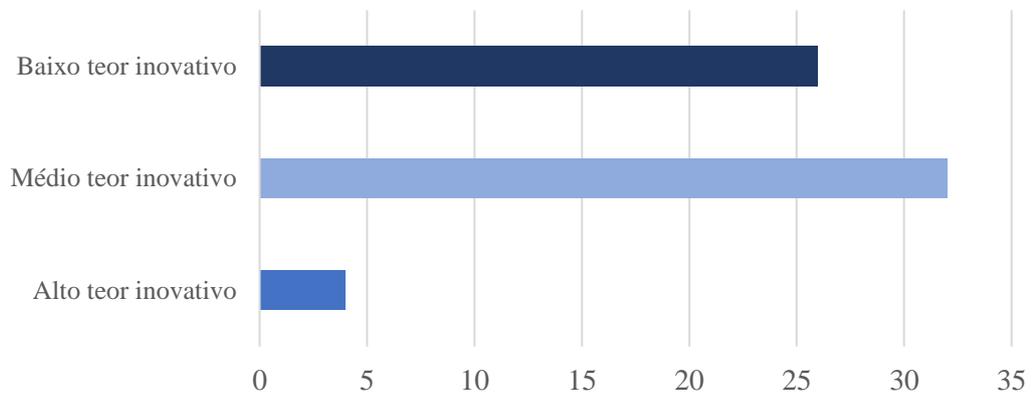
Em compensação, o mesmo número aparece numa parcela considerável de produtos classificados como pré-existente (31 produtos), o que significa que esses PTTs foram baseados na adaptação ou reconfiguração de conhecimentos já consolidados. Embora essa categoria tenha valor técnico e possa gerar impacto, ela apresenta um grau de inovação inferior ao da produção inédita, o que pode influenciar diretamente na pontuação atribuída aos programas durante os processos avaliativos da CAPES.

É importante destacar que os critérios utilizados para essa classificação, conforme proposto pela própria CAPES, envolvem conceitos específicos de inovação, aplicabilidade, impacto e complexidade. No entanto, esses critérios ainda são pouco conhecidos, o que pode comprometer a adequada identificação, categorização e valorização dos PTTs desenvolvidos no programa.

Além da classificação por tipologia e tipo de inovação, os PTTs podem ser avaliados conforme o teor de inovação, critério que indica o nível de originalidade, complexidade e impacto da solução apresentada. A seguir, apresenta-se o gráfico 7 com a distribuição dos PTTs

desenvolvidos no PPGOA segundo essa classificação, com base nas categorias adotadas pela CAPES: baixo, médio e alto teor inovativo.

Gráfico 7 – Teor da inovação



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

Os índices de teor inovativo revelam que a maior parte dos PTTs do PPGOA está classificada como de médio teor inovativo (32 ocorrências). Essa predominância indica que os produtos desenvolvidos pelos discentes apresentam elementos de inovação relevantes, com potencial de aplicação prática, mas sem necessariamente romper completamente com práticas ou modelos já existentes. Esse dado pode ser interpretado como positivo, pois mostra que os produtos estão em sintonia com os contextos institucionais e sociais nos quais são aplicados, oferecendo soluções viáveis e adaptadas à realidade dos usuários.

Ainda assim, observa-se um número expressivo de PTTs com baixo teor inovativo (26 ocorrências), o que sugere que muitos produtos se baseiam em adaptações ou reformulações de práticas já consolidadas. Embora isso não desqualifique a produção, esse perfil pode refletir limitações no aprofundamento metodológico ou na exploração de abordagens mais criativas e disruptivas. Considerando uma perspectiva distinta, pode estar relacionado a um desconhecimento dos critérios de inovação adotados pela CAPES, o que reforça a importância da formação continuada sobre esse aspecto entre discentes e docentes.

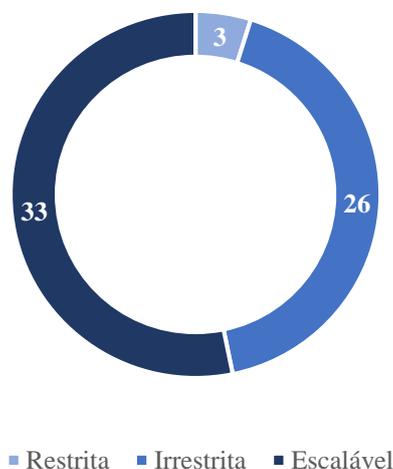
Os PTTs classificados com alto teor inovativo representam a menor parcela da amostra. Apesar de serem quantitativamente menos frequentes, esses produtos possuem alto valor estratégico para o programa, pois evidenciam a capacidade de seus autores em gerar conhecimento novo com impacto significativo sobre práticas, políticas ou tecnologias. A baixa incidência pode ser compreendida a partir do desafio inerente à concepção de soluções

verdadeiramente inovadoras dentro do prazo e das exigências de um curso de mestrado profissional.

É importante esclarecer que alguns produtos considerados inéditos - por terem sido desenvolvidos especificamente no contexto da pesquisa, a partir de necessidades identificadas pelo autor ou pela instituição, sem se basear diretamente em modelos já existentes – também podem apresentar médio teor inovativo, quando a solução proposta, embora nova naquele contexto, não rompe com práticas anteriores nem introduz mudanças estruturais no campo em que se aplica. Por exemplo, quando um discente elabora um manual de boas práticas para contratação pública na sua universidade com base na Lei nº 14.133/2021, de forma pioneira, esse manual é inédito porque não existia na instituição e foi criado como produto final da dissertação, com base nos dados coletados. Mas ele é de médio teor inovativo, pois a temática, a base legal e o formato (manual técnico) já são conhecidos e aplicados em outras realidades. Nesses casos, a inovação ocorre de forma localizada e adaptada, trazendo melhorias significativas, mas dentro dos limites de metodologias ou tecnologias já consolidadas.

Noutro contexto, o grau de replicabilidade é um dos critérios utilizados pela CAPES para avaliar a qualidade e o potencial de impacto dos PTTs desenvolvidos nos programas de pós-graduação profissional. Esse critério indica o nível de possibilidade de adoção, adaptação ou reprodução do produto por outras instituições, contextos ou públicos. O gráfico 8 apresenta como os PTTs do PPGOA foram classificados em termos de replicabilidade: restrita, escalável ou irrestrita.

Gráfico 8 – Grau de Replicabilidade



Fonte: Dados de pesquisa (2025)

A análise demonstra que a maioria dos PTTs analisados apresenta grau de replicabilidade escalável (33 ocorrências), o que significa que os produtos possuem potencial de aplicação em outros contextos, desde que adaptados às especificidades locais. Esse resultado é bastante positivo, pois evidencia que as soluções desenvolvidas pelos discentes não se limitam ao contexto em que foram originalmente concebidas, podendo ser redimensionadas e aproveitadas em outras realidades organizacionais ou sociais (Brasil, 2025b).

Em seguida, observa-se uma quantidade considerável de PTTs classificados como de replicabilidade irrestrita (26 ocorrências), ou seja, produtos que podem ser aplicados em qualquer ambiente sem necessidade de adaptações significativas (Brasil, 2025b). Esse dado reforça a ideia de que o programa tem incentivado a produção de soluções com alto grau de generalização e transferibilidade, o que pode contribuir para o fortalecimento do impacto social do conhecimento gerado.

Outrossim, apenas 03 produtos foram classificados como de replicabilidade restrita, categoria que indica soluções específicas demais, voltadas exclusivamente para um determinado contexto ou público (Brasil, 2025b). Embora essa categoria não diminua a qualificação do produto, ela aponta para um potencial de alcance mais limitado. Ainda assim, tais PTTs podem ser altamente relevantes quando aplicados de maneira estratégica dentro de seu cenário original.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, algumas dificuldades importantes foram identificadas. A principal delas diz respeito à subjetividade ainda presente nos parâmetros de avaliação estabelecidos pela CAPES, especialmente no que tange aos critérios de impacto, aplicabilidade e inovação, o que torna o processo de análise e categorização dos PTTs mais interpretativo e menos padronizado.

Outro desafio enfrentado foi a dificuldade de enquadrar alguns produtos analisados nas 12 tipologias oficialmente reconhecidas pela Área 27, já que nem todos os PTTs se encaixam de forma clara e objetiva nas categorias disponíveis. Essa limitação exige um esforço metodológico adicional de interpretação e adequação, o que pode comprometer a uniformidade das análises. Soma-se a isso a escassez de pesquisas consolidadas sobre o tema da produção técnica e tecnológica nos mestrados profissionais, especialmente na área de Administração Pública e de Empresas, o que dificultou a construção de um referencial teórico robusto e atualizado para fundamentar a investigação.

Conclui-se que o PPGOA tem avançado de forma significativa na incorporação dos PTTs como eixo estruturante da formação profissional. Todavia, ainda há um campo fértil para ampliar a diversidade tipológica, fortalecer os critérios de inovação e tornar os produtos mais acessíveis e replicáveis.

Como resultado prático da pesquisa, foi desenvolvido um Portfólio Digital Interativo, que sistematiza a produção técnico-tecnológica do PPGOA. Este produto se configura como uma ferramenta estratégica para dar visibilidade à produção aplicada do programa, evidenciando o impacto social, institucional e profissional dos trabalhos desenvolvidos. Sua estrutura facilita o acesso às soluções geradas, atendendo às demandas de egressos, docentes, gestores públicos, instituições de ensino, empresas e avaliadores da CAPES.

- Portfólio Digital de PTTs do PPGOA: classificado como Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis, por sistematizar, organizar e tornar pública a produção técnico-tecnológica do programa. Apresenta grau de inovação inédito — por ser a primeira iniciativa digital desse tipo no PPGOA — e grau de replicabilidade escalável, com possibilidade de adaptação por outros programas da área 27.

Importa esclarecer que a organizadora deste portfólio não é autora dos produtos apresentados, atuando exclusivamente na sistematização das informações, sem interferência no conteúdo original ou nos créditos autorais dos discentes. As imagens utilizadas na apresentação

dos produtos foram elaboradas com apoio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI, 2025), com finalidade exclusivamente ilustrativa e sem prejuízo à autenticidade ou autoria das produções.

Além do portfólio, foi desenvolvido um Folder Explicativo sobre as 12 tipologias de PTTs reconhecidas pela Área 27 da CAPES. Este material cumpre uma função pedagógica relevante, ao auxiliar discentes, orientadores e demais atores acadêmicos a compreenderem melhor as possibilidades de formatação do produto final, prevenindo confusões conceituais e fortalecendo a aderência do programa aos critérios da avaliação quadrienal.

- Folder: classificado como Material Didático, voltado à formação acadêmica com linguagem acessível, estrutura pedagógica clara e foco prático. Apresenta grau de inovação inédito e replicabilidade irrestrita, podendo ser adotado por outros programas de pós-graduação profissional.

Adicionalmente, os dados brutos gerados nesta pesquisa serão disponibilizados à secretaria do PPGOA, como subsídio para ações de gestão, planejamento e avaliação, apoiando um acompanhamento mais estratégico da produção técnica e tecnológica do programa.

Diante dos desafios observados, recomenda-se que os PTTs sejam apresentados como documentos independentes, vinculados ao trabalho final, mas publicados de forma destacada, seja em repositórios institucionais, seja em plataformas específicas de registro de produtos técnicos. É essencial que esses materiais sejam formalmente identificados como PTTs, conforme as classificações da CAPES, assegurando sua visibilidade, rastreabilidade e reconhecimento institucional.

Além das contribuições analíticas e instrumentais já apresentadas, recomenda-se, também, que os PTTs desenvolvidos nesta pesquisa sejam incorporados à página oficial do PPGOA, em formato acessível ao público. Essa iniciativa ampliará significativamente a visibilidade institucional da produção técnico-tecnológica do programa, além de facilitar o acesso de interessados externos — como gestores públicos, avaliadores, pesquisadores e demais membros da sociedade — às soluções desenvolvidas pelos discentes. A publicação desses produtos em ambiente virtual oficial contribuirá também para o fortalecimento da identidade aplicada do PPGOA, alinhando-se às diretrizes da CAPES quanto à transparência, impacto e disseminação do conhecimento gerado nos mestrados profissionais.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, é importante que novas investigações se redirecionem a definição e padronização dos critérios de impacto e aplicabilidade dos PTTs,

atualmente marcados por alta subjetividade. A criação de parâmetros objetivos e transparentes poderá contribuir para uma avaliação mais justa e qualificada dos produtos, beneficiando programas, avaliadores e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, D. C.; COSTA, C.J. A. Impactos da pandemia Covid-19 no processo formativo de professores de Biologia de um mestrado profissional: desafios em tempos de quarentena. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 2, n. 4, p. 80-103, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/download/271/170/1916>. Acesso em: 13 maio 2025.
- ANDRADE, C.; D'ÁVILA, C.; OLIVEIRA, F. Um olhar sobre a práxis pedagógica do mestrado profissional em Administração da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-16, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2004.v1.42. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/42>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823–841, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8459>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- AKOUR, I. A.; AL-MAROOF, R. S.; ALFAISAL, R.; SALLOUM, S. A. A conceptual framework for determining metaverse adoption in higher institutions of Gulf area: an empirical study using hybrid SEM-ANN approach. **Computers and Education: Artificial Intelligence**, v. 3, n. 2, p. 100052, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.caeai.2022.100052>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- BANGANI, S. The impact of electronic theses and dissertations: a study of the institutional repository of a university in South Africa. *Scientometrics*, v. 115, n. 1, p. 131-151, 2018.
- BARATA, R. B. Avanços e Desafios do Mestrado Profissional. In: LEAL, M. C.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva*. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, p. 284, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOUFLEUER, José Pedro. **O mestrado profissionalizante em Educação: a retomada do debate**. Rio de Janeiro: ANPED, 2003.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965**. Fixa normas de adaptação dos currículos mínimos. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1965.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção técnica e tecnológica nos programas de pós-graduação**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de avaliação área 27: administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em:

de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ADM_FICHA_DE_AVALIACAO.docx. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de Avaliação e Reconsideração**. Brasília, DF: CAPES, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ficha_recomendacao_24001015059P2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ficha_recomendacao_24001015059P2%20(1).pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n.º 29.741, de 19 de agosto de 1951**. Aprova o regulamento da Escola Nacional de Belas Artes. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 21 ago. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**: observatório da pós-graduação. Brasília, DF: CAPES, 2025a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n.º 147, de 13 de novembro de 2015**. Institui a comissão para definição de dimensões e critérios de avaliação de inovação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 47, de 19 de dezembro de 1995**. Estabelece critérios para a regulamentação de cursos de especialização. Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 dez. 1995. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2184/portaria-capes-n-47>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 80, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação de cursos de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Brasília, DF: Ministério da Educação, 17 dez. 1998. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2183/portaria-capes-n-80>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 7, de 20 de março de 2009**. Estabelece normas para a organização do sistema de avaliação da educação superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 mar. 2009. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2075/portaria-normativa-n-7>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 17, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2074/portaria-normativa-n-17>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 389, de 23 de março de 2017**. Estabelece normas complementares para a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 24 mar. 2017. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=241>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2017**. Define diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Brasília, DF: Ministério da Educação, 19 dez. 2017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria CAPES n.º 171, de 6 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos para a aprovação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Brasília, DF: Ministério da Educação, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4049/portaria-capes-n-17>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 60, de 20 de março de 2019**. Estabelece normas para os procedimentos de avaliação de cursos de graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 mar. 2019a. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/%202716/portaria-capes-n-60>. Acesso em: 30 out. 2024.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; MORENO JR., V. A.; TURANO, L. M. Cultura de aprendizagem contínua, atitudes e desempenho no trabalho: uma comparação entre empresas do setor público e privado. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1555-1578, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612136534>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FRANÇA, J. M. **Gestão acadêmica: a percepção da comunidade de um mestrado profissional da Universidade Federal da Paraíba**. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26657?locale=pt_BR. Acesso em: 30 out. 2024.

FARIA, R. G.; VASCONCELOS, F. C. W. Cria+atividade: inovação, criação e compatibilidade com os produtos técnicos. In: VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). *Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica*. Curitiba: Appris, 2020.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista brasileira de pós-graduação**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 24-29, 2005. Acesso em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74>. Acesso em: 30 out. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 173p.

GUALBERTO, I. M. T. **A influência dos hiperlinks na leitura de hipertexto enciclopédico digital**. 2023. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ALDR-7LXPBA/1/321d.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

GATTI, B. A. A Pesquisa em Mestrados Profissionais. In: FÓRUM DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO, 1., 2014, Salvador. **anais [...]**. Salvador: UNEB, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HINE, C. **Etnografia virtual**. Londres: SAGE Publications, 2000.

HORTALE, V. A. et al. Relação teoria-prática nos cursos de mestrado acadêmico e profissional na área da saúde coletiva. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 3, p. 857-878, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00072>. Acesso em: 13 nov. 2024.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

HADDAD, S. (coord.). **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília, DF: Inep, 2002.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 30. out. 2024.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 7., 2018, Fortaleza, **anais [...]**, Fortaleza: UFC, 2018. p. 330-339.

MARTENS, C. D. P.; PEDRON, C. D.; OLIVEIRA, J. C. Diretrizes para elaboração de artigos tecnológicos, artigos aplicados ou relatos técnicos de produção com ênfase profissional. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 143-147, 2021. DOI: 10.5585/iptec.v9i2.21117. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/21117>. Acesso em: 5 nov. 2024.

MARTENS, C. D. P.; SCAFUTO, I. C.; BARTHOLOMEU FILHO, J.; ZANFELICCE, R. L. Como identificar possíveis produtos técnicos/tecnológicos nas dissertações e teses? Proposta de um instrumento para diagnóstico. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias - IPTEC*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/22141>. Acesso em: 13 maio 2025.

MATTOS, M. C.; ASSUNÇÃO, Y. B.; BATISTA, M. H. A Teoria na Prática: o conhecimento aplicado no desenvolvimento de produtos técnicos. In: VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). *Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica*. Curitiba: Appris, 2020.

MINAYO, M. C. S. Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. *Salud colectiva* [periódico na Internet]. 2010 [acessado 2011 ago 17]; 6(3):251- 261.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. O mestrado profissional na área de ensino de Ciências e Matemática: Alguns esclarecimentos. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 1-9, 2009.

MOURA, L. R. C. Praticando a mudança: o papel da inovação e sua aderência aos produtos técnicos. In: VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). *Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica*. Curitiba: Appris, 2020.

OSTERMANN, F.; REZENDE, F. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: uma reflexão sobre os mestrados profissionais. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 26, n. 1, p. 66-80, abr. 2009.

PAIXÃO, R. B.; BRUNI, A. L. Mestrados profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 279–309, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/66/34>. Acesso em: 30 out. 2024.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. *Educitec*, Manaus, v. 4, n. 7, p. 106-120, jun. 2018.

PILATTI, et al. Produtos educacionais em mestrados profissionais: avaliação e desenvolvimento. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 23, n. 3, p. 405-428, 2024. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen23/REEC_23_03_04_ex2044_860.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

PINTO, M. R. Como fica a pós-graduação em administração no Brasil com o novo modelo de avaliação da CAPES?. **International Journal of Business Marketing**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 64-67, set. 2020. Disponível em: <https://www.ijbmkt.org/ijbmkt/article/view/179>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PINHEIRO, F. F. P. S. Desenvolvimento de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: diretrizes e boas práticas, 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, R. J. O Mestrado Profissional na política atual da CAPES. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/72>. Acesso em: 30 out. 2024.

RIBEIRO, R. J. Inserção social. 2007. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_23_08_07.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pXxfJjdHPRrpRbZvCHKLfsp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

SARFATI, G. Professional master's degree: Another 'Jaboticaba' or a bridge between theory and practice?, *Innovations in Education and Teaching International*, 59:5, 555-563, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Professional-masters-degree-Another-Jaboticaba-or-a-bridge-between-theory-and-practiceInnovations-in-Education-and-Teaching-International.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SAVIANI, D. A Pós-Graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). **A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo e Florianópolis: Cortez e Editora da UFSC, 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-3.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, A. M. T. B.; SUAREZ, A. P. M.; UMPIERRE, A. B. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Interacções**, Santarém, v. 13, n. 44, p. 232-243, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/4108>. Acesso em: 11 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes. **Apresentação**. João Pessoa, © 2006-2024. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=1917. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes. **Resolução n.º 49/2017, de 20 de setembro de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes para o funcionamento do PPGOA. João Pessoa: UFPB, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes. **Resolução n.º 23/2024**. Revoga a Resolução CONSEPE n.º 49/2017, aprova e dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, sob a responsabilidade do Centro de Educação. João Pessoa: UFPB, 2024.

VAN DE VEN, A. H.; JOHNSON, P. E. Knowledge for theory and practice. **Academy of Management Review**, 31(4), 802–821, 2006.

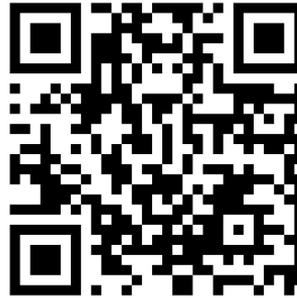
VIRMOND, M. Mestrado profissional: uma síntese. **Salusvita**, Bauru, v. 21, n. 2, p. 117-130, 2002. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v21_n2_2002_art_06_por.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

WINTER, E. Produção técnica/tecnológica: da concepção a uma futura proposta de avaliação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20180821_SeminarioRepensandoaAvaliacao_EduardoWinter_INPI.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

WOOD JUNIOR, T. et al. Impacto social: estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 21-40, jan./fev. 2016. DOI 10.1590/1982-7849rac20161842. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/958PRNDFbB7xYnKdRWhqwpN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

APÊNDICE – PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DESENVOLVIDOS

FOLDER INFORMATIVO



PORTFÓLIO DIGITAL INTERATIVO



PTTs do PPGOA



ENTENDA OS PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DA ÁREA 27

Produto Técnico e Tecnológico (PTT) é o resultado tangível de uma pesquisa aplicada desenvolvida no âmbito de programas de pós-graduação, especialmente nos mestrados profissionais. Representa uma solução prática que responde a demandas reais da sociedade, do setor público ou do mercado.

O relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Diretoria de Avaliação da CAPES (GT DAV) ([ACESSE AQUI](#)) apresentou a definição e a caracterização dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) passíveis de qualificação pelas 49 áreas de avaliação. Como orientação, o GT recomenda que cada área selecione apenas os produtos mais coerentes com sua natureza e especificidades para fins avaliativos.



QUAIS SÃO OS PTTs do PPGOA?



De acordo com o art. 52, §1º, da Resolução nº 23/2024 ([ACESSE AQUI](#)), o PPGOA faz menção as seguintes tipologias de PTTs: Relatório Técnico Aplicado; Protótipo; Patente; bem como outros tipos de trabalho final inovadores, previstos no §3º. da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009, da CAPES; ou outras Portarias que tratem do tema, desde que seja aplicável a esse PPG.

No caso da Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, a qual o PPGOA faz parte, foram adotadas as seguintes categorias de PTTs:

- 1 Empresa ou Organização social (inovadora)** baseada em produto, serviço ou processo oriundo do programa. Ex. Startups, OSCIPS, associações sem fins lucrativos.
- 2 Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis** por questões legais, incluindo quaisquer ativos de propriedade intelectual. Ex. novos processos de gestão documentados, novas técnicas de desenvolvimento de lideranças sistematizadas.
- 3 Relatório Técnico Conclusivo:** documento que apresenta resultados e impactos de projetos práticos aplicados Ex. Relatórios de consultorias e assessorias técnicas.
- 4 Tecnologia Social:** método ou produto construído com e para comunidades, visando inclusão social.
- 5 Norma ou Marco Regulatório** de instituições, setores ou serviços. Ex. Marco regulatório ou norma regulamentadora em segurança e saúde no trabalho ou de prevenção de riscos ambientais.

6 Patente: registro oficial de invenções ou modelos de utilidade com exclusividade de uso. Ex. Patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade.

7 Produtos/Processos em sigilo: solução documentada com restrição de divulgação, protegida por cláusula de sigilo. Ex. Novos processos de fabricação documentados, novos processos de gestão empresarial sistematizados.

8 Software/Aplicativo. Ex. Programa de simulação, software de pesquisa operacional, softwares de gestão, aplicativos educacionais.

9 Base de dados técnico-científica: conjunto estruturado de dados utilizados em pesquisas ou gestão. Ex. Banco de dados de indicadores gerenciais; acervo de notificações.

10 Curso para formação profissional estruturado com foco no desenvolvimento de competências profissionais. Ex. Formação contínua de profissionais/gestores de organizações públicas e privadas.

11 Material Didático. Ex. Material impresso como livros didáticos e paradidáticos; coleções e jogos educativos; material audiovisual como fotografias, programas de TV e Rádio; material em novas mídias como ebook, plataformas e aplicativos de celular.

12 Produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico geralmente relacionadas com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado. Ex. Publicação em periódicos e seções tecnológicas.



Acesse o QR Code e conheça o Portfólio Digital de PTTs do programa >>>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS
2013-2024

ORGANIZADORA

JÉSSICA DA SILVA GADELHA

ORIENTADORA

PROF^ª DR.^ª PATRÍCIA SILVA

2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS
2013-2024

ORGANIZADORA

JÉSSICA DA SILVA GADELHA

ORIENTADORA

PROF^ª DR.^ª PATRÍCIA SILVA

2025



SUMÁRIO

CLICÁVEL 

- 1** Apresentação
 - 2** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2024
 - 3** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2023
 - 4** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2022
 - 5** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2021
 - 6** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2020
 - 7** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2019
 - 8** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2017
 - 9** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2016
 - 10** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2015
 - 11** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2014
 - 12** Produtos Técnicos e Tecnológicos ANO 2013
- Referências

APRESENTAÇÃO

Este material é um Produto Técnico e Tecnológico (PTT) vinculado à dissertação de mestrado “Produtos Técnicos e Tecnológicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba”, ano 2025.

O Portfólio digital tem como propósito reunir, organizar e dar visibilidade à produção técnica e tecnológica realizada pelos discentes do programa, classificando cada produto conforme as 12 tipologias estabelecidas pela área 27 da CAPES (Administração, Ciências Contábeis e Turismo).

No total, foram classificados 62 PTTs, entre os anos de 2013 a 2024, sistematizados com base em critérios como: ano de defesa, autoria, orientação, classificação CAPES, descrição do produto, localização do produto no trabalho final, link e QR Code para redirecionamento do trabalho original no Repositório Institucional da UFPB.

Este produto foi pensado como uma ferramenta estratégica de disseminação da produção técnico-científica do PPGOA/UFPB, alinhada com as diretrizes da CAPES para os mestrados profissionais, que visam integrar a pesquisa acadêmica às demandas da sociedade e do setor público e produtivo. Contudo, ressalta-se que a organizadora deste portfólio não é autora de nenhum dos produtos apresentados, atuando exclusivamente na sistematização das informações.

Para fins de identidade visual, as figuras apresentadas neste portfólio foram elaboradas com o apoio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI, 2025), utilizada para fins de ilustração e organização visual dos produtos analisados. As figuras foram concebidas exclusivamente para representar simbolicamente a natureza e a tipologia dos PTTs, sem interferir no conteúdo original ou na autoria dos produtos acadêmicos.

Ainda, espera-se que este Portfólio sirva de inspiração para novos projetos e contribua para o fortalecimento da identidade do programa, promovendo a articulação entre teoria e prática, inovação e gestão do conhecimento.

ORGANIZADORA

JÉSSICA DA SILVA GADELHA

ORIENTADORA

PROF^ª DR.^ª PATRÍCIA SILVA

**CONHEÇA OS PRODUTOS
TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DA
ÁREA 27 ACESSANDO O QR CODE**



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2024

Documento Orientador para Aprimoramento de Educação Corporativa para uma Instituição Bancária Pública

Autoria: Carlos Eduardo Cavalcanti Gonçalves

Orientação: Roberto Vilmar Satur

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 102

Descrição: O presente documento tem como objetivo, a partir da compreensão dos principais resultados da referida pesquisa, fornecer um conjunto de sugestões de melhoria cujas implementações possam ser úteis, tanto para instituições nos moldes do banco público em cujas agências o estudo foi realizado, como também, em outros modelos de organizações que percebam a necessidade de avaliar e aprimorar suas práticas de qualificação profissional e educação corporativa.



[ACESSE AQUI](#)



Manual das Rotinas de Planejamento para Rede de Ensino de João Pessoa

Autoria: Ana Paula Pereira Alves

Orientação: Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 167

Descrição: A proposta de Manual das Rotinas de Planejamento para Rede de Ensino de João Pessoa é uma contribuição significativa para a prática, proporcionando uma perspectiva global e contextual do planejamento, além de trazer aspectos documentais e legislativos relevantes. Este Manual de planejamento organizacional das rotinas de Planejamento, fundamentado na teoria de mapeamento de processos, tem como objetivo traçar caminhos através da percepção do planejamento estratégico da rede de ensino de João Pessoa, trazendo ferramentas para contribuir na melhoria dos processos de planejamento escolar.



[ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2024

Segurança Ocupacional nas Enfermarias de Pediatria de um Hospital Universitário: análise de riscos ambientais e de Acidentes

Autoria: Renan Jamary Guimarães Pimentel

Orientação: Rilva Lopes de Sousa Muñoz

Classificação Área 27: Produto Bibliográfico na forma
de Artigo Técnico/Tecnológico

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 83

Descrição: Analisar os riscos ambientais e de
acidentes de trabalho na ala de internação pediátrica
do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)



[!\[\]\(20d484b78cd20b354bf70b727e7c3d79_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Programa de Gerenciamento de Riscos para a Ala de Internação em Pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley

Autoria: Renan Jamary Guimarães Pimentel

Orientação: Rilva Lopes de Sousa Muñoz

Classificação Área 27: Relatório Técnico
Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 97

Descrição: O Programa de Gerenciamento de
Riscos (PGR) da ala de internação pediátrica do
HULW/UFPB, visa identificar, avaliar e mitigar
os riscos à segurança dos profissionais da
saúde, garantindo um ambiente seguro e
eficiente para o cuidado pediátrico.



[!\[\]\(3d46c5e893b61be1713ecfa61bf7ba5d_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2024

Manual de Formação de Brigadas de Incêndio e Emergência para a Universidade Federal da Paraíba

Autoria: Leandro Leite Medeiros de O. Lima

Orientação: Claudialyne da Silva Araújo

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 135

Descrição: Estabelecer diretrizes para a estruturação e execução dos cursos de formação de brigadas de incêndio e emergência no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.



ACESSE AQUI



Manual do Servidor – Diretrizes para Procedimentos e Compartilhamento de Conhecimento Organizacional da Divisão de Cadastro e Pagamento de Servidores

Autoria: Josenil Almeida Lira

Orientação: Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 77

Descrição: O Manual objetiva padronizar processos da Divisão de Cadastro e Pagamento de Servidores, melhorando a qualidade dos serviços prestados, favorecendo a gestão do conhecimento na UFPB e facilitando a geração, disseminação e retenção do conhecimento organizacional. Esse material também auxilia na capacitação de novos servidores e garantir a continuidade dos serviços no setor, sobretudo diante de ausências ou rotatividade de pessoal. O manual ainda serve de referência para outros setores de pagamento de instituições do Poder Executivo Federal.



MANUAL
DO SERVIDOR DA DCPS

**DIRETRIZES PARA PROCEDIMENTOS
E COMPARTILHAMENTO DO
CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL**

(proposta)

Elaborado por Josenil Almeida Lira
Contribuição PPGOA/UFPB
Orientação: Profa. Dra. Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira

Versão
2024.1



ACESSE AQUI



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2024

Framework

Autoria: Getúlio Alves da Silva

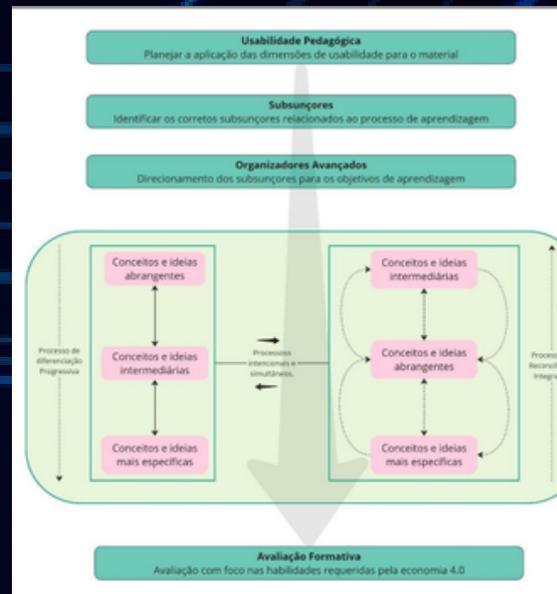
Orientação: Edna Gusmão de G. Brennand

Classificação Área 27: Processo/tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 81

Descrição: Esta pesquisa propôs a elaboração de um framework que considerando os conceitos: usabilidade pedagógica, pressupostos da aprendizagem significativa e avaliação de aprendizagem baseada em problemas. Este framework foi usado no planejamento da experiência de aprendizagem significativa.



[ACESE AQUI](#)



Protótipo

Autoria: Getúlio Alves da Silva

Orientação: Edna Gusmão de G. Brennand

Classificação Área 27: Curso para Formação Profissional

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 98

Descrição: Consiste na prototipagem de dois cursos da área de ciência de dados. Esta prototipagem partiu da reescrita destes mesmos cursos, que seguiam uma abordagem tradicional de transmissão do conhecimento. A reescrita foi feita em uma ferramenta específica de prototipação para permitir os elementos básicos e necessários a uma usabilidade e considerando a estruturação proposta pelo framework de desenvolvimento também proposto pela pesquisa.



[ACESE AQUI](#)



[Volte para_o Sumário](#)

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2023

Manual de Boas Práticas Moodle

Autoria: Juliana Figueiredo e Carvalho Costa

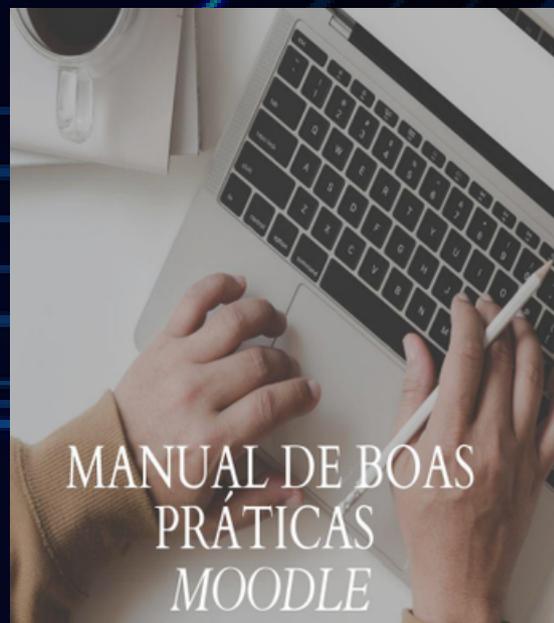
Orientação: Patrícia Maria da Silva

Classificação Área 27: Material didático

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 81

Descrição: O manual tem o objetivo de estimular o professor a usar a plataforma, incentivando a utilização de algumas ferramentas disponibilizadas pelo Moodle, que podem se adequar aos conteúdos explorados nas disciplinas, como forma de incremento às aulas. Há ainda as oportunidades de uso e utilização, aproveitando as possibilidades que o sistema oferece, a fim de reforçar o processo ensinoaprendizagem, promovendo a utilização natural em suas práticas.



 [**ACESSE AQUI**](#)



Manual Procedimentalizado de Licitações e Compras Diretas para o IFPB

Autoria: Álysson Albuquerque Andrade

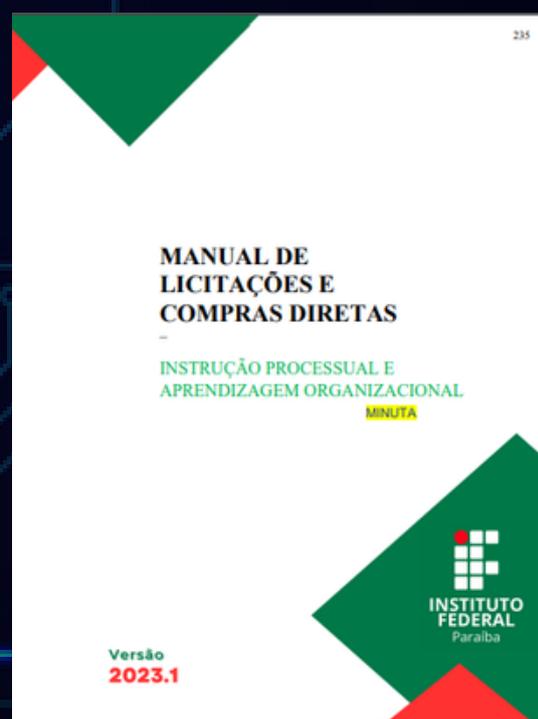
Orientação: Roberto Vilmar Satur

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 235

Descrição: Com o objetivo de organizar e racionalizar os trâmites processuais, em todas as suas etapas, interna e externa, as orientações previstas nesse documento poderão melhorar a eficácia das aquisições, com o atendimento das disposições legais vigentes, de modo a contribuirmos para a manutenção das atividades meio e finalísticas do Instituto.



 [**ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2023

Desenho de plataforma digital de aplicação de sanções administrativas na prefeitura municipal de João Pessoa

Autoria: Alisson Albert Andrade de
Orientação: Patrícia Maria da Silva
Classificação Área 27: Software/Aplicativo
Tipo de Inovação: Inédito
Localização: p. 87

Descrição: Através desta plataforma digital, as informações a respeito de sanções administrativas aplicadas aos fornecedores da PMJP, serão divulgadas para a população seguindo a transparência ativa, que são informações disponibilizadas, geralmente pela internet, pelas diversas entidades públicas sem que necessariamente tenha havido uma solicitação formal.



 [**ACESSE AQUI**](#)



Mapeamento, análise e melhoria de processos : fase interna de aquisição de bens, por pregão eletrônico tradicional, na Universidade Federal de Campina Grande

Autoria: Shirley Renata da Silva Barbosa
Orientação: Wagner Junqueira de Araújo
Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo
Tipo de Inovação: Pré-existente
Localização: p. 41

Descrição: Este Relatório tem como objetivo realizar o mapeamento, identificar empecilhos e sugerir melhorias da fase interna do processo de aquisição de bens, por pregão eletrônico tradicional, na Universidade Federal de Campina Grande.



 [**ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2023

Mapeamento de processo na movimentação de Recurso de Apelação Cível

Autoria: Geraldo Maciel de Araújo

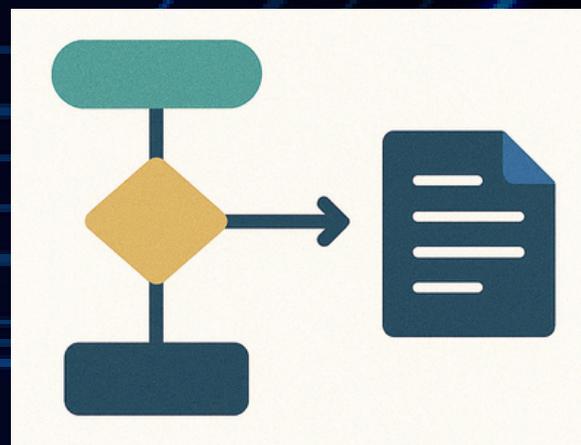
Orientação: Patrícia Maria da Silva

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 64

Descrição: Identificar, na movimentação processual de Recurso de Apelação Cível, potenciais entraves e/ou obstáculos que promovam morosidade na marcha processual.



 **ACESSE AQUI**



Inovação em organizações públicas brasileiras: análise de práticas organizacionais relacionadas às competências coletivas

Autoria: Carolina Teixeira de Miranda

Orientação: Wagner Soares Fernandes dos Santos

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: na Íntegra

Descrição: O relatório busca contribuir para ações de desenvolvimento e fortalecimento de práticas organizacionais e competências coletivas fundamentais para ações inovativas, viabilizando-se melhorias nos processos de trabalho e na prestação de serviços públicos mais eficientes e eficazes à sociedade.



 **ACESSE AQUI**



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2023

Chatbot LAIS

Autoria: Gabriella Gouveia da Silva

Orientação: Claudialyne da Silva Araújo

Classificação Área 27: Software/Aplicativo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 86

Descrição: O Chatbot LAIS possibilitará melhorias para as lacunas na Gestão da Informação referentes à transparência, ao acesso, e ao alcance das informações de direito público na UFPB, especificamente no Departamento de Educação Física.



[!\[\]\(dbf3ea362ea469475b8e07955c584a31_img.jpg\) ACESSE AQUI](#)



Framework de aplicação da Estratégia de Ensinar com Feedback (EEF)

Autoria: José Gustavo Fragoso de Veras

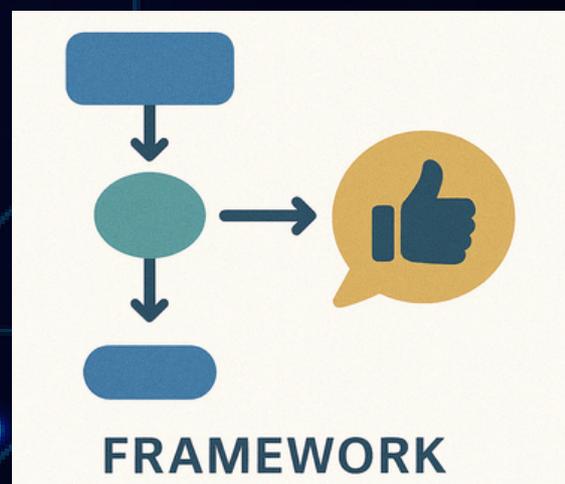
Orientação: Gabriela Tavares dos Santos

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 81

Descrição: Propõe-se um framework de aplicação da Estratégia de Ensinar com Feedback (EEF), de forma sustentável, para o MPGOA, por esta ter o potencial de desenvolver os estudantes de modo a torná-los autorregulados.



[!\[\]\(606ec572637564e1adab6375e5f52f28_img.jpg\) ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2022

Proposta de melhoria do processo de treinamento em uma concessionária de caminhões, no estado da Paraíba

Autoria: Gabrielle Ingrid Oliveira e Souza

Orientação: Adriana Valéria Santos Diniz

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: na íntegra

Descrição: Visando acompanhar tanto as exigências de mercado quanto a gestão de pessoas e conhecimentos, este trabalho traz uma leitura sobre os processos de treinamentos oferecidos por uma empresa privada no Estado da Paraíba, focando principalmente nos treinamentos internos planejados e organizados pela própria instituição.



[!\[\]\(e1ab6b265dc8ef88989196d81669e51f_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Estudo para análise de tomada de decisão: avaliação das ferramentas de mapeamento de processos de negócios Bizagi e Bonita

Autoria: Tamara Aureliano Gomes

Orientação: Wagner Junqueira de Araújo

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: Na íntegra

Descrição: O presente produto busca conduzir um processo de tomada de decisão que tem a finalidade de analisar e pontuar duas ferramentas de mapeamento, simulação e melhoria de processos de negócios.



BIZAGI

BONITA

[!\[\]\(87bec2303365b163babcdf7db8908585_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2022

Mapeamento de processo de treinamento em uma concessionária de caminhões, no estado da Paraíba

Autoria: Gabriela Bandim Nogueira Manso

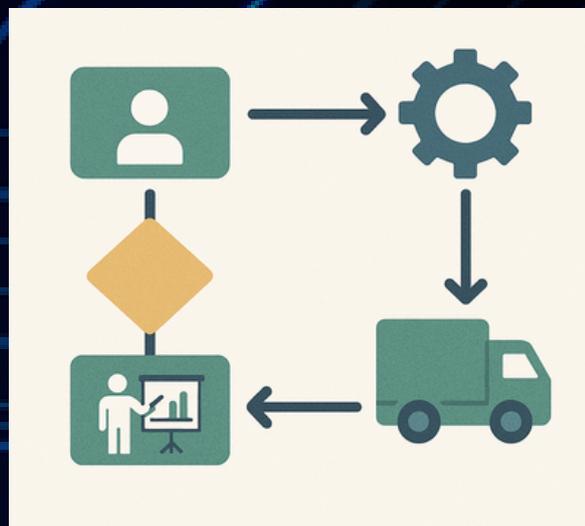
Orientação: Wagner Junqueira de Araújo

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 55

Descrição: A proposta de melhoria teve como objetivo apontar um novo fluxo de tarefas que auxiliam e minimizam falhas e/ou redundâncias em algumas etapas dos processos realizados pela organização



[ACESSE AQUI](#)



Protótipo

Autoria: Mariana Celeste Carvalho da Silva de Souza

Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Software/Aplicativo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 39

Descrição: O produto tem como objetivos a) Levantar e divulgar as experiências, percepções e avaliações dos egressos e pré-egressos do MPGOA no tocante ao seu processo de formação e sua aplicabilidade ao término do curso; b) Contribuir com a avaliação externa do MPGOA, atendendo a itens exigidos na Ficha de Avaliação CAPES para Programas Profissionais - Área 27; c) Subsidiar a autoavaliação do MPGOA.



[ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2021

Protótipo FairDataBR

Autoria: Anderson Rodrigues Moro

Orientação: Guilherme Ataíde Dias

Classificação Área 27: Software/Aplicativo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 35

Descrição: A ferramenta para a avaliação de conjuntos de dados FairDataBR, surgiu a partir da constatação da necessidade do desenvolvimento de uma aplicação que contribuísse para a automação do processo de verificação da aderência de conjuntos de dados aos Princípios FAIR. Esta ferramenta foi desenvolvida por pesquisadores vinculados à Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/MPGOA - UFPB). Caracteriza-se por ser de uso simples e intuitivo e pode ser acessada diretamente pelo site: <https://wrco.ufpb.br/fair/>

FairDataBR: uma ferramenta para a avaliação de conjuntos de dados



A ferramenta para a avaliação de conjuntos de dados FairDataBR, surgiu a partir da constatação da necessidade do desenvolvimento de uma aplicação que contribuísse para a automação do processo de verificação da aderência de conjuntos de dados aos Princípios FAIR. Esta ferramenta foi desenvolvida por pesquisadores vinculados à Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/MPGOA - UFPB). Caracteriza-se por ser de uso simples e intuitivo.

A ideia dos Princípios FAIR surgiu a partir do trabalho de um grupo variado de pessoas que constatou a necessidade premente de se melhorar a infraestrutura de apoio à prática do compartilhamento dos dados de pesquisa e de seu posterior reuso. Assim, a partir destas premissas, um conjunto de princípios foram desenvolvidos com o objetivo de servirem como diretrizes para todos que desejam compartilhar e ampliar o reuso dos seus dados de pesquisa (WILKINSON et al., 2016).



ACESSE AQUI



Sistema de Avaliação Diagnóstica

Autoria: Edwy de Oliveira de Andrade Filho

Orientação: Guilherme Ataíde Dias

Classificação Área 27: Software/Aplicativo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 83

Descrição: Delinear o mapeamento das competências presentes na matriz de referência do ENEM relativas à matemática e suas tecnologias de acordo com o desempenho das turmas e dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas do estado da Paraíba.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

PRÁTICAS APRENDENTES EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO BÁSICO DO ESTADO DA PARAÍBA: MAPEAMENTO POR DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS PRESENTES NA MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM.

EDWY DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO



ACESSE AQUI



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2021

Cartilha Informativa

Autoria: Ysabelly Nascimento da Nóbrega Morais

Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 188

Descrição: A cartilha informativa busca orientar sobre identificação, denúncia e responsabilização do assédio moral, como meio de prevenção à sua prática.

ASSÉDIO MORAL

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO



Cartilha apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendizes da Universidade Federal da Paraíba, como trabalho final para obtenção do Título de Mestre.

João Pessoa - Paraíba, 2021

 **ACESSE AQUI**



Resolução Normativa

Autoria: Ysabelly Nascimento da Nóbrega Morais

Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Norma ou Marco Regulatório

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 176

Descrição: A Resolução Normativa busca orientar sobre identificação, denúncia e responsabilização do assédio moral, como meio de prevenção à sua prática.



 **ACESSE AQUI**



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2021

Chatbot Cecílio

Autoria: Felipe Ramos Feitoza

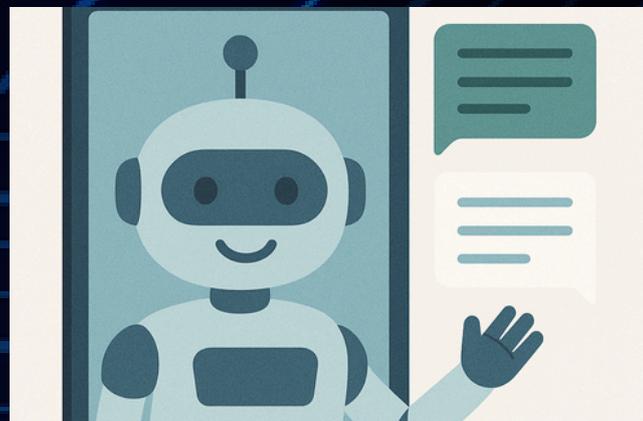
Orientação: Miguel Maurício Isoni

Classificação Área 27: Software/Aplicativo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 48

Descrição: O Chatbot Cecílio é um Assistente Virtual de Conversação desenvolvido para com o intuito de ser compartilhado no site do CCHLA para apresentar através de árvores de decisão as alternativas para satisfação das necessidades dos usuários.



 [ACESSE AQUI](#)



Proposta de ambiente digital institucional (estrutura de página na web) sobre políticas de direitos humanos da UEPB

Autoria: José Clebson de Souza Medeiros

Orientação: Rosilene Paiva Marinho de Souza

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 55

Descrição: Propomos o desenvolvimento na página oficial da instituição de um ambiente específico que congregue todas as informações relativas às políticas voltadas à promoção dos Direitos Humanos, dando evidência, entre outras coisas, à execução do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos na instituição em cada eixo e linha de ação.



 [ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2021

Manual de Procedimentos Operacionais

Autoria: Jane Eyre Santos Oliveira

Orientação: Eládio José de Góes Brennand

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 78

Descrição: Orientar a execução de atividades no Setor de Gestão Administrativa e Financeira vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB de maneira clara e padronizada



[🔗 ACESSE AQUI!](#)



Redesenho de Mapeamento de Processo

Autoria: Sílvia Gabriela Avelino Nunes

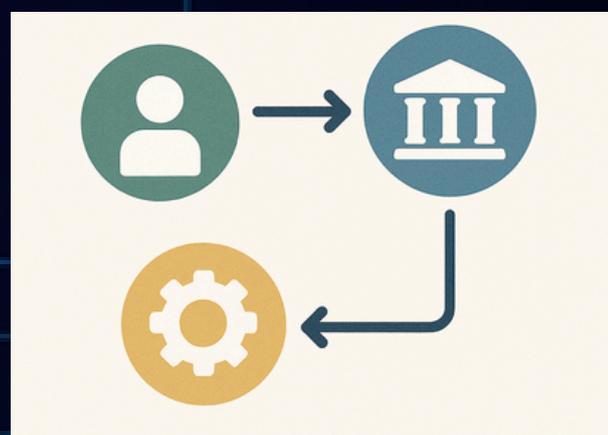
Orientação: Wagner Junqueira de Araújo

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 56

Descrição: Propõe melhorias no fluxo de processo de treinamento, desenvolvimento e educação de um escritório de advocacia na cidade de João Pessoa



[🔗 ACESSE AQUI!](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2021

Manual de procedimentos de aplicação de sanções aos fornecedores

Autoria: Laryssa Brilhante Catanduba

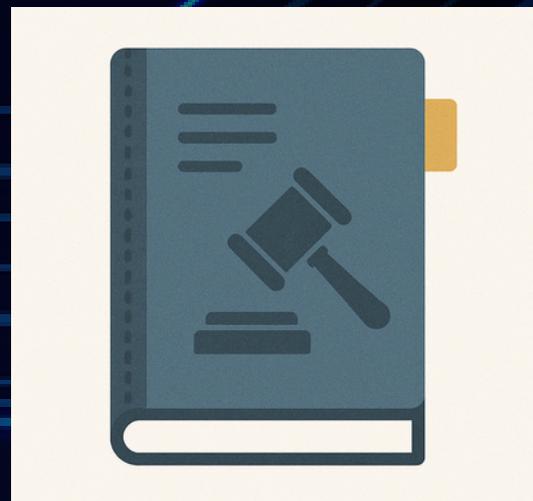
Orientação: Rita de Cássia de Faria Pereira

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 128

Descrição: O Manual auxilia a condução dos processos sancionatórios, padronizar os procedimentos e evitar erros, gerando ganho de eficiência.



[!\[\]\(6e4b84f7cd4113db90dbd29ce1e47793_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Redesenho de Mapeamento de Processo

Autoria: Marcos Antonio Costa dos Santos

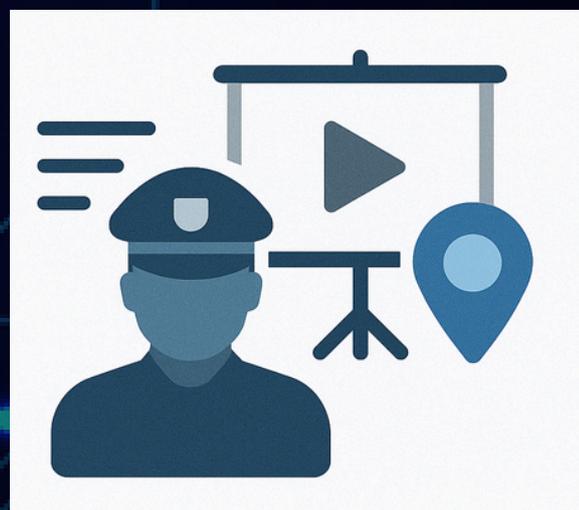
Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 53

Descrição: Sugestão de melhoria no processo de “Coordenação do Exercício de Apresentação da Reserva”, coordenado pelo Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM) de João Pessoa evidenciando a possibilidade de redução de tarefas, diminuindo o número de atores envolvidos e o tempo de tramitação dos documentos.



[!\[\]\(29f42cc6767b6063826a85adb542f514_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2020

Mapeamento de Processos

Autoria: Marivete Santos da Costa

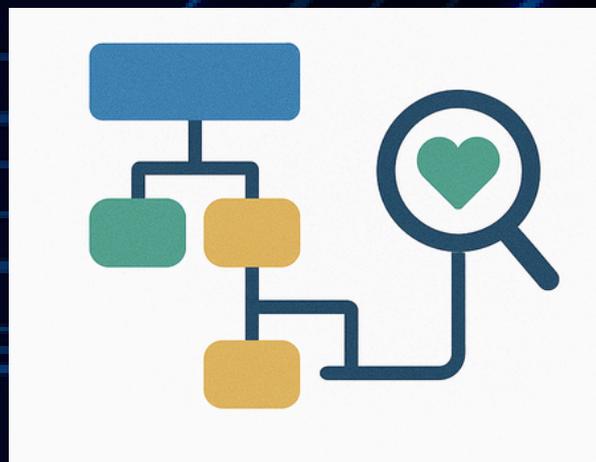
Orientação: Wagner Soares Fernandes dos Santos

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 62

Descrição: O documento visa mapear e modelar dois processos-chave da Assistência Estudantil gerida pela PRAPE/UFPB: concessão de auxílios estudantis (com dois subprocessos vinculados a este) e pagamento de auxílios estudantis



 [ACESSE AQUI](#)



Mapeamento de Processo

Autoria: Samara dos Santos Fernandes

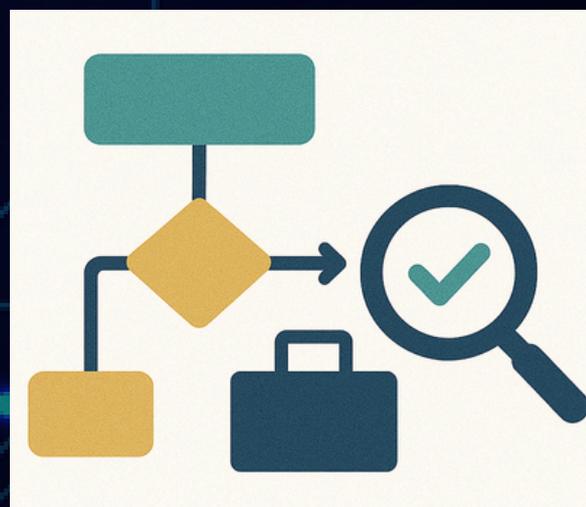
Orientação: Wagner Junqueira de Araújo

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 33

Descrição: O documento visa mapear o processo de recrutamento e seleção de pessoal em uma empresa do ramo de semijoias e propor melhorias através de um redesenho desse processo.



 [ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2020

Mapeamento de Processos

Autoria: Mirtila Marina Wood Gouvéia

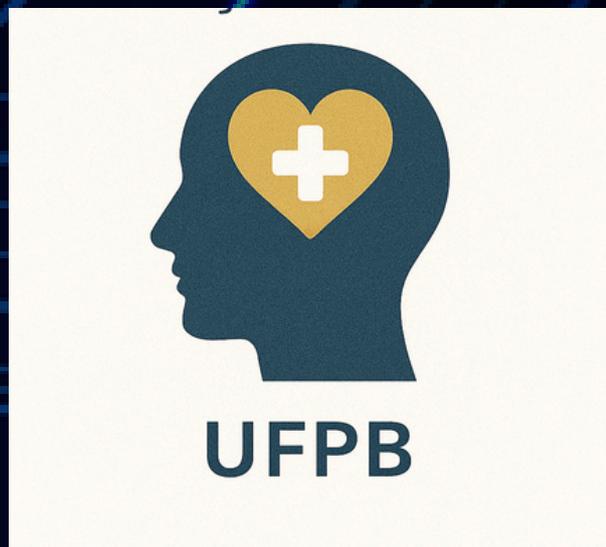
Orientação: Adriana Valéria Santos Diniz

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: na Íntegra

Descrição: O presente trabalho objetivou desenvolver proposições para uma atuação institucional em promoção da saúde mental de estudantes de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir de contribuições de experiências de outras instituições de ensino superior e de coordenadores de curso da UFPB.



[ACESSE AQUI](#)



Mapeamento de Processo

Autoria: Jussara de Lourdes Ferreira Chaves

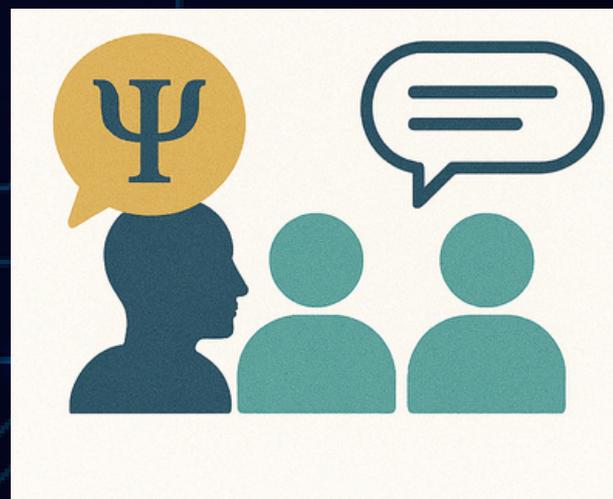
Orientação: Maria da Salette Barboza de Farias

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: na Integra

Descrição: Analisar os processos de trabalho referentes à atuação do Psicólogo na Coordenação de Apoio ao Discente para o atendimento individual e em equipe e de acompanhamento ao discente



[ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2020

Proposta de modelo de Escritório de Gestão de projetos para universidades federais: o caso da Universidade Federal da Paraíba

Autoria: Hugo Vinícius Gomes Firmino

Orientação: Adriana Valéria Santos Diniz

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 128

Descrição: Realizar a implantação do Escritório de Gestão de Projetos na UFPB, tornando-o parte necessária para a concretização de projetos na instituição.



[!\[\]\(bbbc5714bb40c2992f4def07a20af97a_img.jpg\) ACESSE AQUI](#)



Ficha de Inventariação do Patrimônio Cultural da Universidade Federal da Paraíba

Autoria: Lena Leite Dias

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 56

Descrição: Este relatório objetiva apresentar, a partir da análise de vários instrumentos descritivos constantes da metodologia, fundamentada na pesquisa bibliográfica, e na legislação brasileira, uma proposta de Ficha de Inventariação do Patrimônio Cultural da Universidade Federal da Paraíba, elaborada, considerando a macrocategorização de patrimônio material e imaterial, compreendendo-o enquanto instrumento necessário à política de preservação patrimonial da instituição.



[!\[\]\(f3505e309060765e25e8e0fc10afa71a_img.jpg\) ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2019

Mapeamento de Processo do Teste de Cadastro

Autoria: Karen de Lucena Cavalcanti

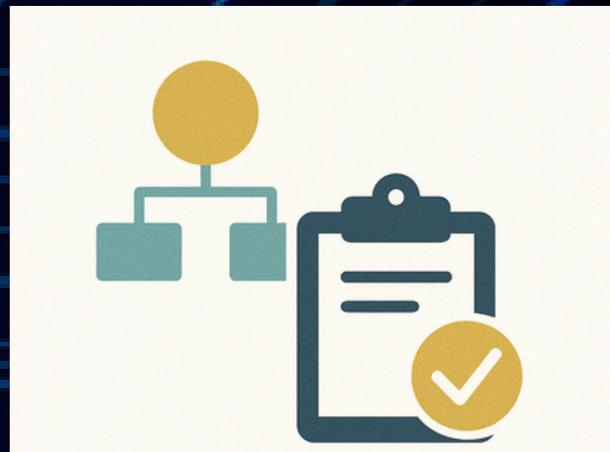
Orientação: Wilson Honorato Aragão

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 72

Descrição: O mapeamento de processo se justifica pela relevância e importância do processo de Teste de Cadastro e a necessidade de identificar se sua execução se dá de forma eficiente operacionalmente e os resultados esperados estão sendo alcançados.



[!\[\]\(f0a4ff761491041ad747831498c34656_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Manual de boas práticas para a criação de políticas de funcionamento e de povoamento de RI: perspectivas abrangendo as editoras universitárias

Autoria: Sâmella Arruda Araújo

Orientação: Izabel Franca de Lima

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 130

Descrição: O produto final desta pesquisa poderá contribuir para a possível formalização deste vínculo, apontando boas práticas para o desenvolvimento de políticas de povoamento com as produções da EU, além de indicar as boas práticas para as políticas de funcionamento de RI, por meio de embasamento nas práticas já existentes nas instituições investigadas.



[!\[\]\(7172cd7dfa40f964e30605d36704b024_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2019

Proposta de Boas Práticas de Segurança da Informação

Autoria: Bruno Alexandre Bezerra de Aquino Siqueira Campos

Orientação: Pedro Jácome de Moura Júnior

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 100

Descrição: A proposta de Boas Práticas de Segurança da Informação foi elaborada a partir da norma NBR ISO 27002:2013, Guia de Boas Práticas de Segurança do TCU (2012) e outros portais de segurança da informação para auxiliar os servidores a cumprir as orientações e os requisitos de segurança da informação contidos na Política de Segurança da Informação da UFPB.



[!\[\]\(8cb427162659ecbca69b5be29d5ff78b_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Mapeamento do processo de formação dos autos administrativos, antes e depois da implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) na UFPB

Autoria: Italo Simplicio de Freitas Paiva

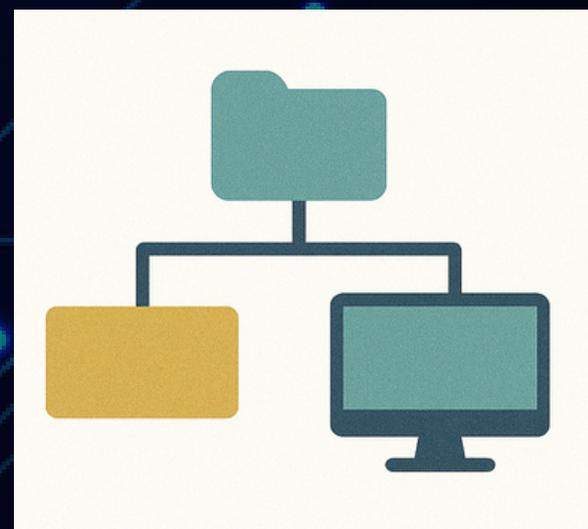
Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 87

Descrição: Preliminarmente, mapeou-se o procedimento de formação dos autos processuais da maneira em que se dava o fluxo antes da implementação do processo eletrônico, híbrida, com a coexistência entre autos físicos e metadados virtuais. Em seguida, foi realizado o mapeamento do novo fluxo, em que os autos do processo administrativo são criados e tramitam em suporte eletrônico.



[!\[\]\(c598a02bd46f1435c5cd87e7ff3a674e_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2019

Desenho e o redesenho do processo organizacional através da notação Business Process Modeling Notation (BPMN)

Autoria: Pedro Weiny Alves da Silva

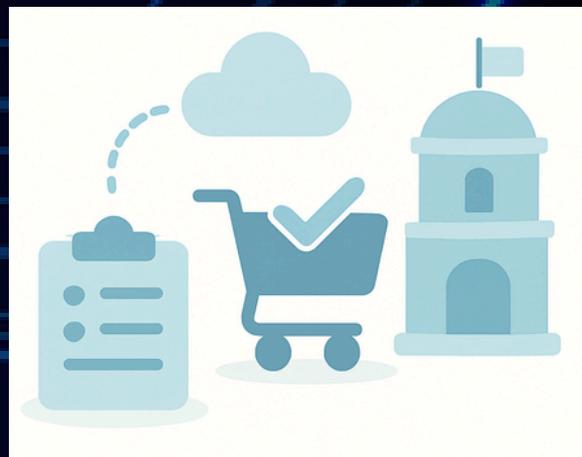
Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: Na íntegra

Descrição: Este trabalho tem como objetivo identificar, analisar e sugerir possíveis pontos para melhoria no processo de compras e serviços por dispensa e inexigibilidade de licitação desenvolvido pela Diretoria Administrativa e demais setores do Ministério Público da Paraíba.



 **ACESSE AQUI**



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2017

Mapeamento de processo

Autoria: Alex de Araújo Souto

Orientação: Miguel Maurício Isoni

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 92

Descrição: Apresenta o mapeamento dos processos originados nas Coordenações dos Cursos de Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB), cujos requerentes são os alunos dos cursos de graduação. O trabalho de mapeamento de processos visa uniformizar esses processos no que diz respeito a documentos necessários, regulamentação, tramitação e uso do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).



[!\[\]\(57d476e7b34ecc5e5acabd353d35013f_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Minuta de Política de Segurança da Informação para a Biblioteca Central

Autoria: Fernando Antonio Ferreira de Souza

Orientação: Wagner Junqueira de Araújo

Classificação Área 27: Norma ou Marco Regulatório

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 145

Descrição: O objetivo desta minuta é definir diretrizes que nortearão os indivíduos à prática da Gestão da Segurança da Informação na Biblioteca Central da UFPB



[!\[\]\(ca4e29ed0cb210db32f9b93bf8e59a6c_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2016

Manual de Orientação no uso dos aplicativos pelo Programa Aluno Conectado, para docentes de escolas estaduais de Pernambuco.

Autoria: Sebastião Cesar Galindo Vaz

Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 51

Descrição: O presente Manual tem o objetivo de identificar todos os aplicativos educacionais disponíveis no tablet distribuído pelo Programa Aluno Conectado, bem como descrever esses aplicativos e seu potencial de uso em sala de aula.



 [**ACESSE AQUI**](#)



Oficina para o desenvolvimento de competências informacionais

Autoria: Maria Margarete da Silva

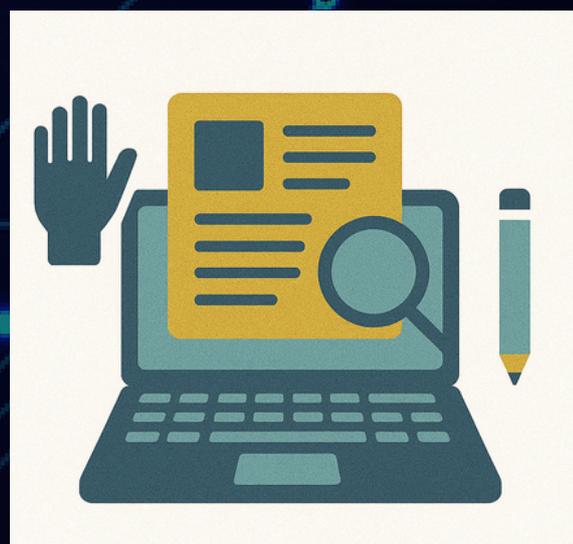
Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire

Classificação Área 27: Curso para Formação Profissional

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 105

Descrição: A oficina tem como objetivo proporcionar a criação de um espaço de aprofundamento teórico e prático acerca da competência em informação que permita aos participantes a realização de leituras, debates, reflexões, além do desenvolvimento de atividades práticas. Assim, a oficina, além de trabalhar a formação de alunos surdos e pais, busca uma preparação dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dos instrutores surdos e demais envolvidos.



 [**ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2016

Mapeamento e Melhorias no processo de Elaboração de Edital de Licitação executado pela UFRN

Autoria: Julio Cesar de Medeiros Meira

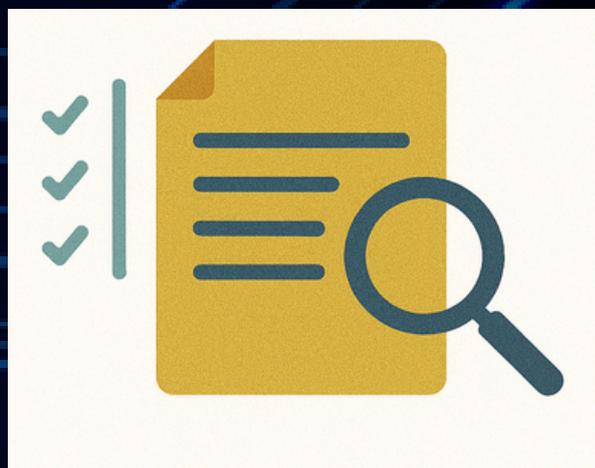
Orientação: Miguel Mauricio Isoni

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 69

Descrição: O objetivo é investigar a aplicabilidade da
Melhoria de um Processo Organizacional intensivo
em conhecimento para a otimização do processo de
elaboração de editais de licitação na Universidade
Federal do Rio Grande do Norte



 [**ACESSE AQUI**](#)



2015

Plano de projeto técnico aplicado com a proposta da implantação institucionalizada do Núcleo de Educação Permanente no HUAB

Autoria: Karoline Queiroz Martins Almeida de
Araújo

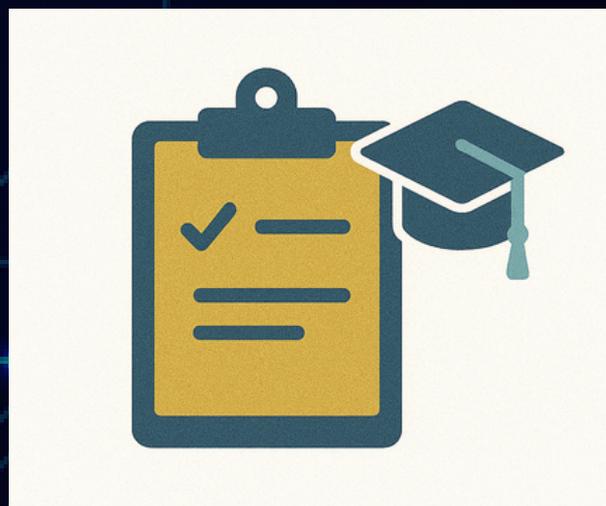
Orientação: Adriana Valéria Santos Diniz

Classificação Área 27: Empresa/Organização Social
Inovadora

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 92

Descrição: O objetivo geral do projeto é utilizar a
Educação Permanente através da implantação do
Núcleo de Educação Permanente (NEP) no Hospital
Universitário Ana Bezerra (HUAB) como uma
estratégia de transformação do trabalho de
enfermagem, para que este venha a ter atuação
crítica, reflexiva, compromissada e tecnicamente
competente.



 [**ACESSE AQUI**](#)



 [Volte para_o Sumário](#)

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2015

Mapeamento de processos de gestão patrimonial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Autoria: Anderson Cortez Matias

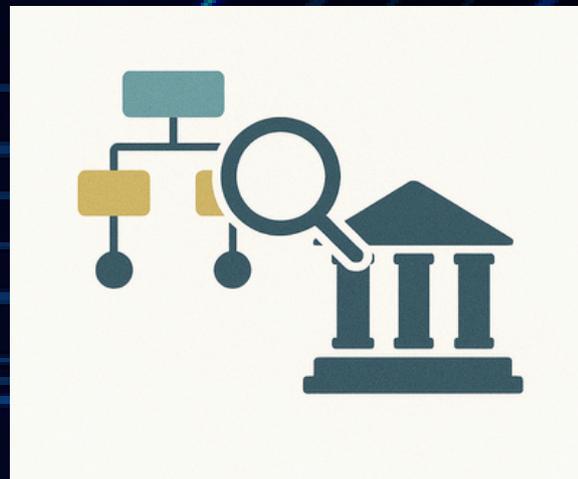
Orientação: Miguel Mauricio Isoni

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 55

Descrição: A gestão patrimonial compreende a administração de atividades que tem início com a aquisição de bens e termina com a retirada ou alienação dos bens do patrimônio. Tendo como objetivo a análise dos dados optou-se em realizar o Mapeamento do processo atual da Gestão Patrimonial de bens móveis na UFRN, vinculado ao Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Compras (SIPAC) os procedimentos relativos às atividades de recebimento, registro e tombamento, movimentação, inventário e desfazimento de bens.



[!\[\]\(688de33ab056b2e30178b89f3d569d38_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Proposta de audiovisual de contação de histórias para crianças surdas

Autoria: Valeska Picado Schulze

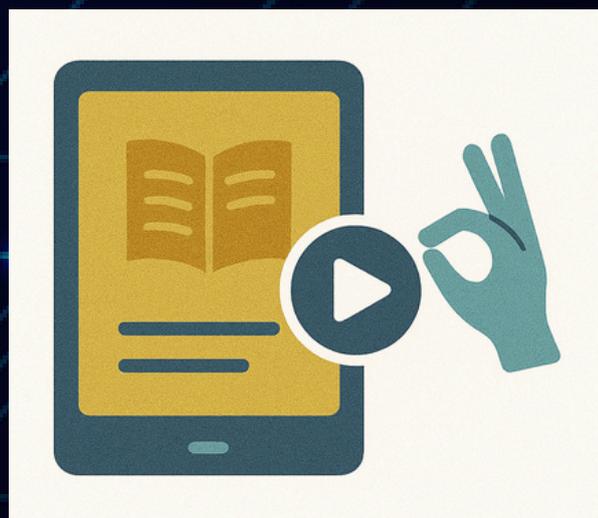
Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: na Íntegra

Descrição: A presente pesquisa foi desenvolvida com o propósito de criar uma proposta audiovisual de contação de histórias para crianças surdas, com acessibilidade para ouvintes, a fim de oferecer uma programação comum para ambos os públicos. Este programa piloto tem como objetivo principal produzir um vídeo que dê origem a uma série televisiva de contos da literatura oral nordestina para crianças



[!\[\]\(f3429ae9bca02c58b22c132887116f67_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2015

Projeto Educativo - Desenvolvimento de competências em informação na biblioteca multinível

Autoria: Jobson Louis Santos de Almeida

Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire

Classificação Área 27: Curso para Formação Profissional

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 74

Descrição: O objetivo geral deste projeto educativo é contribuir para o desenvolvimento de competências em informação dos usuários da biblioteca do IFPB Campus Sousa, servindo de referência para bibliotecários educadores nas bibliotecas multiníveis dos Ifs.



 [ACESSE AQUI](#)



Programa de Melhorias da Gestão de Prontuários (PMGP)

Autoria: Pablo Lincoln Sherlock de Aquino

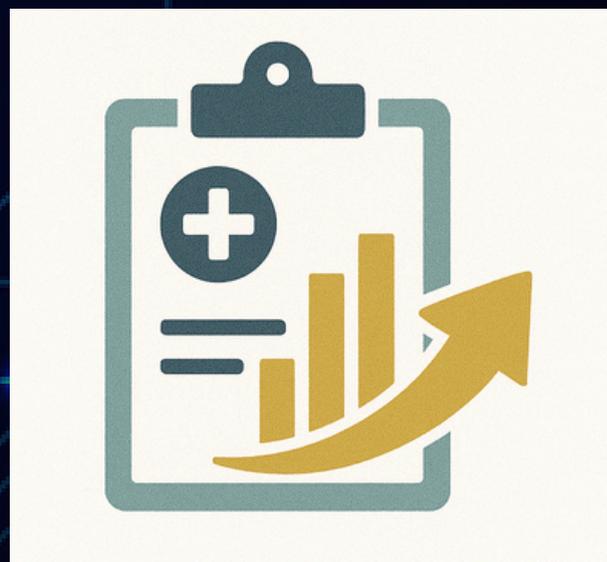
Orientação: Carlo Gabriel Porto Bellini

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 48

Descrição: O plano de ação denominado Programa de Melhorias na Gestão de Prontuários foi concebido em quatro projetos e uma etapa de conclusão. [...] em outras palavras, os projetos são compostos por fases. E estas, compostas por etapas, sendo cada uma delas a menor parte de uma fase. Este estudo se insere entre as ações de relevância do Plano de Segurança do Paciente do Hospital Universitário Aleides Carneiro, com foco na melhoria de seus serviços para os usuários e a sociedade, e está alinhado com as tendências globais de assistência à saúde e segurança do paciente.



 [ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2015

Gestão do Conhecimento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFB)

Autoria: Nadja Pessoa do Amarante

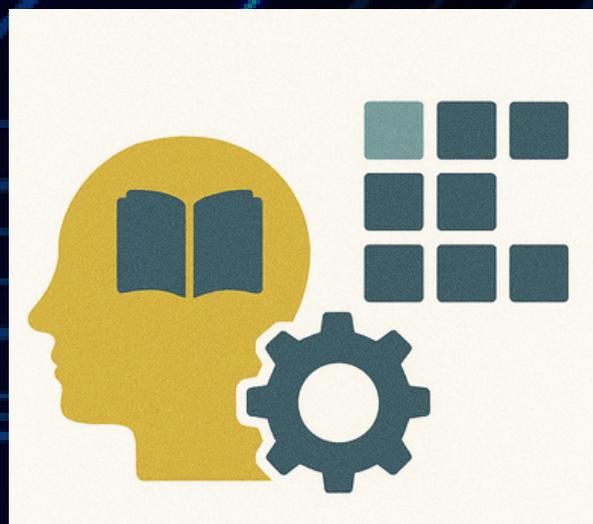
Orientação: Maria das Graças Vieira

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 74

Descrição: A elaboração do relatório final, no qual são descritos o processo, em suas diferentes etapas, fases e atividades, com destaque para a conclusão da pesquisa e as sugestões qualitativas voltadas para o desenvolvimento e implantação do Plano de Gestão do Conhecimento na organização avaliada, entendemos que este trabalho, de per si, corresponde a esse relatório final.



 [ACESSE AQUI](#)



2014

Produção de materiais didáticos hipermídia para educação a distância na formação de gestores

Autoria: Raquel Alves Santos

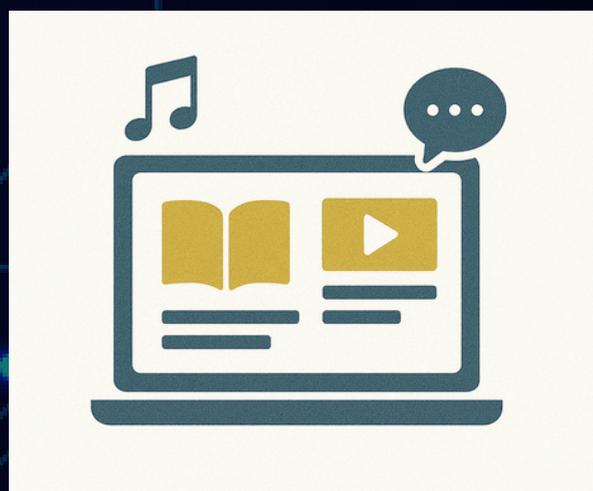
Orientação: Edna Gusmão de Góes Brennand

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 118

Descrição: A pesquisa permitiu construir um protótipo de material didático hipermídia a ser utilizado na educação a distância de gestores, cujos pressupostos investigativos dizem respeito às categorias basilares da TIM. A partir do modelo, foi planejado o material didático interativo em forma de Caderno didático tendo como complemento uma vídeoaula, envolvendo diversos hiperlinks como o vídeo, o áudio, imagens, textos, tendo a TV Digital como suporte.



 [ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2014

Proposta de painel radiofônico para o curso de Arquivologia

Autoria: Juliana Ferreira Marques

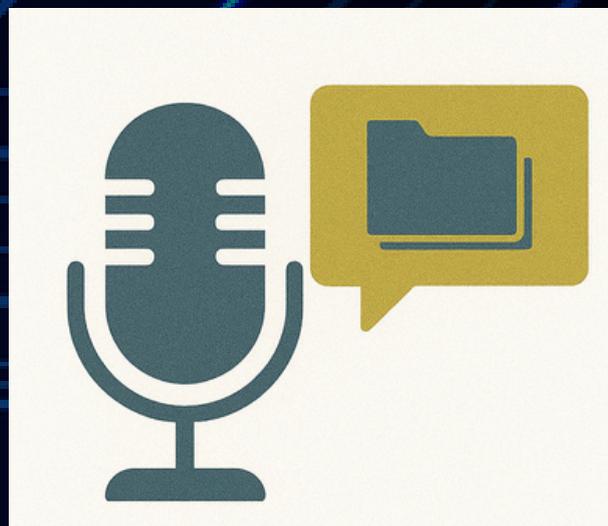
Orientação: José Washington de Moraes Medeiros

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 74

Descrição: Desenvolvemos a perspectiva de painéis radiofônicos, um composto a ser disponibilizado em podcast, no endereço eletrônico do curso, reunindo a) os elementos radiodinamizadores (o programa de rádio produzido, músicas, enquetes, entrevista, radionovela); e b) os elementos radionucleadores (inter-texto, hiperlinks, vídeos, roteiro, imagens).



[!\[\]\(bc0b24888c9ca64f9871a4e4428f2cca_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



Proposta de um modelo do serviço de disseminação seletiva da informação

Autoria: Marjorie Rosielle Silva do Amaral

Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: p. 85

Descrição: Considerando que as universidades, de um modo geral, devem ter a responsabilidade de produzir e disseminar o saber em diversas áreas, e consubstanciando com a missão da UFRN que é "educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania" (EVANGELISTA, 2009, P.3), o serviço de DSI pode contribuir sobremaneira para que esta instituição cumpra o seu papel na sociedade.



[!\[\]\(e84ca6f9396cf839915740f0cd5a5aed_img.jpg\) **ACESSE AQUI**](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2014

A política de egressos da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)

Autoria: Adriana Lopes Rodrigues Alves

Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: na Íntegra

Descrição: Este relatório técnico tem como foco descrever o modelo de gestão para política de egressos da FAINOR, baseado na Gestão do Conhecimento, ou seja, uma forma de gerenciamento eficaz do capital intelectual da organização, em seu aspecto estrutural.



 [ACESSE AQUI](#)



Gestão por processos: mapeando procedimentos e aprendizagem organizacional na Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR

Autoria: Deginane Moraes Dutra

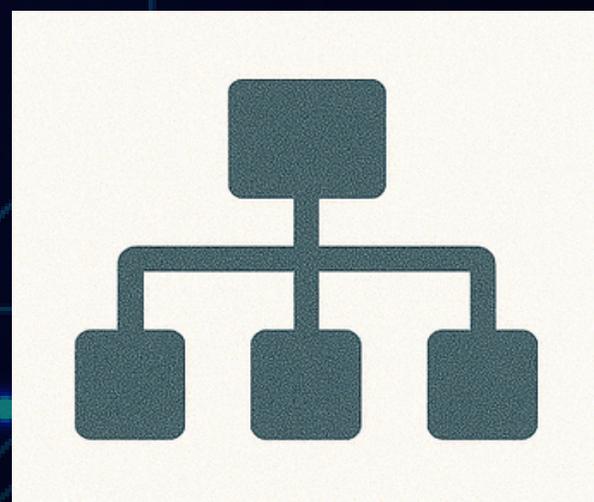
Orientação: Eladio Jose de Goes Brennand

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-xistente

Localização: p. 69

Descrição: Este trabalho tem como objetivo central analisar os fluxos do processo de vinculação acadêmica dos alunos da FAINOR, através da Secretaria Geral de Cursos, tomando-se por base parâmetros de uma Organização Aprendiz.



 [ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

2014

Integração e visibilidade para sistemas de bibliotecas: aprendendo com a Universidade Federal da Paraíba

Autoria: Fábio Firmino Machado

Orientação: Miguel Maurício Isoni

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: na Íntegra

Descrição: Este relatório tem a finalidade de servir de parâmetro para validação pelos gestores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba SISTEMOTECA, do uso do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, Módulo Biblioteca, em substituição ao Sistema de Informação ORTODOCS em uso há mais de quinze anos.



 [ACESSE AQUI](#)



Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR: referenciais didáticos instrucionais.

Autoria: Ronaldo Soares

Orientação: Guilherme Ataíde Dias

Classificação Área 27: Material Didático

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: Na Íntegra

Descrição: O objetivo deste manual é promover a sistematização de políticas institucionais no âmbito da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), a fim que os discentes, docentes e pesquisadores se conscientizem da importância da minimização da prática do plágio na Instituição, além de apresentar um conjunto de ações de combate que poderão reduzir significativamente a sua incidência nos trabalhos acadêmicos.



 [ACESSE AQUI](#)



 [Volte para_o Sumário](#)

PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2013

Check-list

Autoria: Eduardo Ferreira Albuquerque

Orientação: Jorge Fernando Hermida Aveiro

Classificação Área 27: Processo/Tecnologia e
Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Pré-existente

Localização: p. 149

Descrição: O check-list adaptado se constitui no instrumento de coleta de dados destinado a apurar o Índice de Transparência Governamental (ITG), indicador construído com o objetivo de mensurar o nível de qualidade das informações disponibilizadas pelos municípios.



[ACESSE AQUI](#)



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba como parceiro da administração pública: princípio da eficiência nas atividades típicas e atípicas.

Autoria: Eduardo Cavalcanti de Oliveira

Orientação: Miguel Maurício Isoni

Classificação Área 27: Relatório Técnico Conclusivo

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: Na íntegra

Descrição: O objetivo deste relatório é mostrar como o Tribunal de Contas da Paraíba agregou o princípio da eficiência dentro de sua estrutura no julgamento de processos, período de 2001 a 2012, demonstrando também que o emprego de tal princípio, melhorou de forma considerável a prestação de serviços por este Tribunal.



[ACESSE AQUI](#)



PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 2013

Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) na UFPB: um estudo de caso.

Autoria: Eduardo Ferreira Albuquerque

Orientação: Jorge Fernando Hermida Aveiro

Classificação: Área 27: Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis

Tipo de Inovação: Inédito

Localização: na íntegra

Descrição: Os objetivos deste relatório consistem em relatar o gerenciamento do programa de implantação com base nos conceitos de programa e projeto do Project Management Body of Knowledge (PMBOK), os métodos desenvolvidos pelo NTI da UFPB que ajudaram o programa de implantação a ter mais eficácia e eficiência, além disso, o Relatório destaca os principais problemas e as vantagens da implantação do SIG na UFPB.



**SIG
UFPB
IMPLEME-
NTAÇÃO**



ACESSE AQUI



Volte para o Sumário

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes. Coleção do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes – PPGOA. João Pessoa: UFPB, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5437>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Produção técnica e tecnológica nos programas de pós-graduação. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.